

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**ANTROPOMORFIZAÇÃO DO ESPAÇO:
A INFLUÊNCIA DE ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NA
PERCEÇÃO DE ENTITATIVIDADE DE BAIROS**

Maria Leonor Pereira de Lima Rego Pinheiro

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Área de Especialização em Cognição Social Aplicada**

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**ANTROPOMORFIZAÇÃO DO ESPAÇO:
A INFLUÊNCIA DE ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NA
PERCEÇÃO DE ENTITATIVIDADE DE BAIROS**

Maria Leonor Pereira de Lima Rego Pinheiro

Dissertação orientada pelo Professor Doutor José Manuel Palma-Oliveira

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Área de Especialização em Cognição Social Aplicada**

2020

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao Sr. Professor Doutor José Manuel Palma-Oliveira, pela orientação que me ofereceu, repleta de disponibilidade, paciência e sabedoria.

Agradeço à Nádia Cristino por toda ajuda prestada, cheia de boa vontade, no decorrer da elaboração deste trabalho.

Também quero agradecer à minha colega e amiga Joana, com quem sempre consigo trocar boas ideias sobre tudo o que envolva Psicologia, por me oferecer sempre apoio, inclusive no decorrer do presente trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer muito aos meus pais por todo o apoio incondicional e por acreditarem em mim. Em especial queria agradecer à minha mãe por todos os esforços feitos e pelos ensinamentos que me passou.

Resumo

Os bairros são importantes fontes de identidade de lugar. A identidade de lugar é uma forma de identidade social. Como tal, a percepção dos bairros está associada a fenómenos grupais. Nomeadamente um bairro pode ser percecionado como um grupo mais ou menos entitativo, isto é, mais ou menos como uma entidade. A literatura demonstra que a percepção de entitatividade varia de acordo com a percepção de determinadas características físicas (como o bairro ser mais moderno ou mais antigo). Porém, no presente estudo, pretende-se demonstrar que essas características estudadas, que se correlacionam com a percepção de entitatividade, nem sempre são o primeiro fator causal para a percepção de entitatividade. Existem determinados elementos de configuração do espaço que são primeiramente relevantes para essa percepção, designadamente, a observação de espaços públicos ao invés de espaços onde essa qualidade social não se verifica. Pretende-se ainda entender que características físicas podem ser trabalhadas de forma a conseguir desenhar espaços mais *sociopetal*. Para tal foram analisadas algumas fotografias de bairros utilizadas em estudos passados, para melhor compreender e distinguir o que determina a percepção de entitatividade, sendo que estas foram aqui analisadas individualmente, logo, em maior detalhe. Os resultados demonstram que, para ser possível uma avaliação de entitatividade, as fotografias têm de apresentar um espaço público, isto é, um espaço social, como são o largo ou a rua, caso contrário essa avaliação não é possível apenas através da percepção de características físicas como fachadas de prédios. Verificou-se que existem configurações de bairros *sociopetal* ou *sociofugal*, designadamente, diferentes tamanhos do espaço observado, que encorajam ou desencorajam a interação social, correlacionados negativamente com a percepção de entitatividade dos bairros, e que esta característica física pode ser tida em conta no planeamento ou reconstrução de novos bairros *sociopetal*.

Palavras-chave: Entitatividade; *Sociopetal*; *Sociofugal*.

Abstract

Neighborhoods are important sources of place identity. Place identity is a form of social identity. As such, the perception of neighborhoods is associated with group phenomena. Namely, a neighborhood can be perceived as more or less an entitative group, that is, more or less as an entity. The literature demonstrates that the perception of entitativity varies according to the perception of certain physical characteristics (such as the neighborhood being more modern or older). However, in the present study, it is intended to demonstrate that these characteristics studied, which correlate with the perception of entitativity, are not always the first causal factor for the perception of entitativity. There are certain elements of space configuration that are primarily relevant to this perception, namely, the observation of public spaces instead of spaces where this social quality does not occur. It is also intended to understand that physical characteristics can be worked on in order to be able to design more *sociopetal* spaces. To this end, some photographs of neighborhoods used in past studies were analyzed separately, to better understand and distinguish what determines the perception of entitativity, and these were analyzed here in greater detail. The results demonstrate that, to be possible an assessment of entitativity, the photographs must present a public space, that is, a social space as a square or a street, otherwise this evaluation is not possible only through the perception of physical characteristics like buildings facade. It was found that there are configurations of *sociopetal* or *sociofugal* neighborhoods, namely different sizes of space that encourage or discourage social interaction, negatively correlated with the perception of entitativity in the neighborhoods. This physical characteristic must be taken into account when planning or rebuilding new sociopetal neighborhoods.

Keywords: Entitativity; *Sociopetal*; *Sociofugal*

Índice

Introdução	1
Enquadramento Teórico	3
1- Lugar como fonte de identidade e auto-categorização e suas consequências em termos de relações grupais em contexto urbano	3
1.1- Teoria da Identidade Social e Teoria da Auto-Categorização	3
1.2- Identidade de lugar e as relações intergrupais em contexto urbano	6
2- Lugar como fonte de informação na formação de impressões	11
2.1- Perceção de entitatividade grupal no contexto da psicologia social clássica	14
2.2- Perceção de entitatividade grupal no contexto urbano	16
3- Configurações espaciais <i>sociopetal</i> e <i>sociofugal</i>	18
O Presente Estudo	24
Metodologia	27
1- Amostra	27
2- Materiais	27
3- Procedimento	29
Resultados	30
1. Dimensoes de Entitatividade	30
2. Entitatividade e as caraterísticas sociais, físicas e preferências pelo bairro	33
2.1- Relação entre a perceção de entitatividade e perceção de outras caraterísticas sociais	33
2.2- Relação entre a perceção de entitatividade e a perceção de caraterísticas físicas dos bairros	34
2.3- Relação entre a perceção de entitatividade e as preferências pelo bairro.....	37

3. A configuração espacial do espaço urbano e as inferências psicossociais na percepção de entitatividade de bairros	38
3.1- Fachadas dos prédios	39
3.2- Ruas	40
3.3- Largos	40
Discussão	41
1- Limitações e Estudos Futuros	46
Conclusão	47
Referências Bibliográficas	49
Anexos	54
Anexo A – Escala de Entitatividade de Bernardo (2011)	55
Anexo B – Fotografias apresentadas aos participantes	55
Anexo C – Consentimento informado	56

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Análise fatorial PCA com Rotação Varimax de todas as características para todas as fotografias de BE

Tabela 2 - Análise fatorial PCA com Rotação Varimax de todas as características para todas as fotografias de AE

Tabela 3 - Correlação entre a percepção de entitatividade (grupo) e as restantes características sociais, para cada tipo de foto (fachada, rua e largo) para BE ou alta AE

Tabela 4 - Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e a percepção das propriedades físicas para as fotografias de bairros de AE

Tabela 5 - Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e a percepção das propriedades físicas para as fotografias de bairros de BE

Tabela 6 - Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e as preferências para as fotografias de bairros de AE

Tabela 7 - Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e as preferências para as fotografias de bairros de BE

Tabela 8 - Análise de Variância Multifatorial (MANOVA) das médias AE (N = 35) e BE (N=33) para cada tipo de fotografia dos bairros para todas as características avaliadas.

Introdução

O ser humano procura constantemente compreender e avaliar outras pessoas ou grupos de pessoas, sejam estas os seus familiares e amigos com quem contacta todos os dias ou a funcionária do supermercado ou os vizinhos com quem contacta apenas uma vez por outra. Este processo ocorre através da percepção – ou melhor, da inferência – de características ou traços que parecem caracterizar o seu comportamento de uma forma estável e independente das situações. Ou seja, através da inferência de traços ocorre um julgamento relativo àquilo que a pessoa ou grupo de pessoas “realmente é” – fenómeno denominado por formação de impressões (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2014). As primeiras impressões que formamos sobre outros baseiam-se na informação disponível, tais como meras pistas visuais, como a aparência física ou a comunicação não-verbal, mas também através de pistas ambientais (Carlston, 1994), como o lugar onde as pessoas residem – os bairros (Bernardo, 2011).

Bernardo (2011) demonstrou que apenas ao apresentar fotografias de bairros, os observadores, com base na informação ambiental disponível, percecionam as pessoas que lá habitam como sendo mais ou menos um grupo e por isso mais ou menos uma entidade (ou seja, como um grupo mais ou menos entitativo) ou como interagindo mais ou menos entre si (respetivamente). Ou seja, as pessoas inferem traços psicossociais a partir dos lugares (bairros), sem a presença explícita de pessoas ou de informação específica sobre elas.

Assim, estes bairros possuem certamente diferentes características físicas que permitem a inferência de traços psicossociais, como por exemplo serem mais antigos ou mais modernos, mais pobres ou mais ricos (Bernardo, 2011). Mas será que são apenas estas características físicas que permitem essas inferências? Ou poderão existir características mais elementares em termos de design ou configuração espacial de cada um dos bairros (como as

ruas serem mais larga ou mais estreitas, ou existir um largo ou um praça) que influencie a percepção do observador?

De uma forma geral objetivo do presente estudo será analisar se alguns elementos da configuração do espaço (referidos anteriormente) apresentados nas fotografias de bairros (retiradas de Bernardo, 2011) tem uma influência diferenciada na inferência de determinados traços que caracterizam o comportamento psicossocial dos moradores desses bairros.

Em termos de enquadramento teórico, será apresentada a teoria da identidade social, que propõe que a identidade social deriva da pertença a grupos sociais (Tajfel, 1978, 1981; Turner, 1979; 1986). Esta teoria serviu de base para o desenvolvimento da teoria da identidade de lugar em contexto urbano, explorada por Bernardo e Palma-Oliveira (2012, 2013, 2016a, 2016b). Nesse contexto será apresentado seguidamente como os lugares são também importantes fontes de identidade social para as pessoas. Dessa forma assume-se que o bairro pode ser percecionado como um grupo, um grupo geograficamente definido e que por isso se observam também processos de percepção grupal com base na pertença a um lugar, tal como ocorre nos grupos sociais clássicos estudados na psicologia social. Por outro lado, se os bairros são percecionados como um grupo, então são entendidos como uma entidade. Porém, o nível com que são percecionados como uma entidade pode variar de bairro para bairro. Neste contexto surge o conceito de entitatividade, isto é, “o grau em que um agregado social é percebido como tendo a natureza de uma entidade ou tendo existência real” (Campbell, 1958, p.17) e que vem demonstrar uma vez mais a relação estrita da identidade social com a identidade de lugar. Por fim, serão exploradas algumas evidências relativas à forma como as configurações do espaço (*sociopetal* e *sociofugal*) afetam a ocorrência da interação social nos lugares, cuja compreensão é pertinente para o presentes estudo.

Segue-se ao enquadramento teórico a especificação dos objetivos e hipóteses do presente estudo, seguidos da descrição da metodologia utilizada. Posteriormente encontra-se

a apresentação dos resultados obtidos, a discussão dos resultados e algumas limitações e sugestões para estudos futuros. Por fim, encontra-se uma breve conclusão sobre o presente estudo.

Em suma, irá compreender-se ao longo deste trabalho que é a configuração espacial do espaço urbano que permite que sejam feitas inferências psicossociais sobre os moradores dos bairros e não apenas características físicas específicas dos bairros.

Enquadramento Teórico

1 - Lugar como fonte de identidade e auto-categorização e suas consequências em termos de relações grupais em contexto urbano

1.1 - Teoria da Identidade Social e Teoria da Auto-Categorização

A Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978, 1981; Turner, 1979; 1986) assenta na ideia de que a identidade social faz parte do autoconceito do indivíduo e deriva da pertença a determinados grupos sociais. Esta teoria assenta na premissa de que os indivíduos procuram distinguir os grupos aos quais pertencem (endogrupo) de outros grupos (exogrupos) como forma de alcançar ou manter uma identidade social positiva, de modo a conservar uma autoestima positiva.

Um conceito importante na Teoria da Identidade Social é o da categorização social. A categorização social é um processo que se baseia na distribuição de indivíduos por grupos com base na perceção de que possuem características semelhantes, o que permite a simplificação da informação social (Smith & Mackie, 2015). Assim, a categorização social desempenha um papel organizador da compreensão acerca do mundo social, através de

inferências com base na informação que é primeiramente observada em relação aos indivíduos (Bruner, 1957, citado por Smith & Mackie, 2015). De acordo com Turner & Reynolds (2010), os indivíduos tornam-se um grupo a partir do momento que se definem como pertencendo a uma categoria social partilhada. A categorização que o indivíduo faz de si em termos de categorias sociais é baseada na percepção de semelhança partilhada em relação aos outros membros do grupo (Turner, Oakes, Haslam & McGarty, 1994).

Esses grupos estão associados a um significado emocional alcançado através do processo de comparação social (outro conceito relevante na Teoria da Identidade Social). Os estereótipos sociais são assim constituídos e, nesse contexto, são entendidos como formas de organização subjetiva da realidade social. No processo de comparação social ocorre um aumento da percepção de homogeneidade do exogrupo, isto é, ocorre uma percepção elevada de semelhança entre os membros de outros grupos (Allport, 1954b; Brigham, 1972; Wilder, 1981, citados por Smith & Mackie, 2015). Para além disso, como referido acima, ocorre também um aumento da diferenciação entre o endogrupo e do exogrupo, isto é, ocorre uma acentuação das diferenças entre grupos (Krueger & Rothbart, 1990, citados por Smith & Mackie, 2015), emergindo assim a importância dada às características do grupo de pertença que se distinguem das características do exogrupo. Essas características definidoras estão na base da percepção dos membros do endogrupo e do exogrupo em termos de estereótipos de grupo relevantes (Hogg & Vaughan, 2005; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2012). Por fim, existem evidências de um favoritismo pelo próprio grupo. Por exemplo, num estudo de Tajfel, Billig, Bundy & Flament (1971) em que existiam dois grupos formados em contexto de laboratório, os sujeitos tenderam a favorecer o endogrupo, na medida em atribuíam uma recompensa mais elevada ao seu grupo, mesmo que não existindo uma identificação com os membros do grupo ou história comum (Tajfel, et al., 1971). Assim, o facto de pertencerem a uma mesma categoria social é suficiente para que exista discriminação do exogrupo e um

aumento da satisfação com o endogrupo. Uma possível razão para os estereótipos grupais serem normalmente depreciativos pode passar exatamente pela tendência que possuímos de encarar o nosso grupo como mais positivo do que o exogrupo, “sofrendo” com a comparação (Fiske, 1998).

Um grupo é então “um conjunto de indivíduos que se percebem como sendo membros de uma mesma categoria social, partilham envolvimento emocional nesta definição conjunta deles próprios e alcançam algum consenso social acerca da avaliação do seu grupo e da sua pertença a este” (Tajfel & Turner, 1979). Mas um grupo só é percebido como grupo se tiver outros grupos com que se comparar (Tajfel, 1978). Por isso o processo de auto-categorização como membro de um grupo é inerentemente comparativo, mas também é contextual e relativo (Turner & Reynolds, 2010). Este processo é contextual na medida em que o indivíduo não possui uma, mas várias identidades. A Teoria da Auto-Categorização, desenvolvida por Turner (1985), que analisou como as pessoas se conceituam em termos de categorias sociais, defende que existe uma multiplicidade de identidades dependentes do contexto (Hoggs & Abrams, 1988; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2012). Assim, as identidades sociais serão tantas quanto os grupos de referência que o indivíduo considera relevantes em termos de pertença (Turner, 1985). Isso significa que o sujeito se auto-categoriza com base em certas identidades sociais que, quando são ativadas num determinado contexto, o indivíduo age de acordo com essa auto-categorização. Por outras palavras, a auto-categorização em diferentes níveis depende de fatores contextuais que tornam determinadas categorizações sociais mais salientes e significativas num determinado cenário social (Turner, Oakes, Haslam, & McGarty, 1994).

1.2 - Identidade de lugar e as relações intergrupais em contexto urbano

O conceito de identidade de lugar foi introduzido por Proshansky e colegas (1983). Os autores defendem que o desenvolvimento da identidade inclui os ambientes físicos, isto é, os lugares são um componente fundamental da identidade pessoal. Por outras palavras, a identidade também se desenvolve com base na relação que o sujeito estabelece com os ambientes físicos, tanto em termos da configuração desses ambientes quanto da natureza das interações que ali ocorrem (Bernardo & Palma-Oliveira, 2005). Ou seja, os sujeitos descrevem-se em termos de pertencer a um lugar específico. Assim, a identidade de lugar é uma subestrutura da identidade do indivíduo que assenta na cognição sobre o mundo físico em que vive (Proshansky et al. 1983) e que contribui para o processo de auto-categorização e consequentemente para os processos intergrupais, como que um grupo geograficamente definido (Bernardo & Palma-Oliveira, 2012)

Bernardo e Palma-Oliveira (2012) reviram a importância do conceito de identidade de lugar nas relações intergrupais, nomeadamente em contexto urbano (isto é, em termos de pertencer a um determinado bairro), cuja compreensão é relevante para a gestão, planeamento e intervenções urbanas. Assim, o conceito de identidade de lugar foi compreendido como uma forma ou subestrutura da identidade social, isto é, como um processo de auto-categorização em termos de pertencer a um lugar, ou seja, a grupos geograficamente definidos. Nesta ótica os lugares são entendidos como categorias sociais, com um significado social partilhado pelos elementos do grupo (Bernardo e Palma-Oliveira, 2012). Alguns outros autores, de forma explícita e implícita, abordam também esta perspetiva (por exemplo, Lewicka, 2008; Hernandez et al., 2007; Droseltis & Vignoles, 2010; citado por Bernardo e Palma-Oliveira, 2012).

Assentando na ideia de que a identidade local é parte da identidade social e os indivíduos procuram constantemente alcançar uma identidade positiva, é possível observar a ocorrência

de fenómenos grupais e intergrupais baseados na pertença a um grupo geograficamente definido, como favoritismo pelo endogrupo, diferenciação entre grupos e percepção de si mesmo e dos membros do endogrupo e do exogrupo em termos de estereótipos de grupo relevantes, tal como se observa nos grupos sociais clássicos (Hogg E Vaughan, 2005; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2012).

Em termos de favoritismo pelo endogrupo sabemos, da psicologia social, que os indivíduos com um alto nível de identidade com o seu grupo social tendem a agir a favor do grupo e a fazer um esforço para manter uma imagem positiva dele (Hewstone, Rubin & Willis, 2002). O mesmo se sucede em termos de identidade com o lugar, isto é, a identidade de lugar, como parte da identidade social do indivíduo, está associada a uma avaliação e distinção positiva do lugar com o qual o sujeito se identifica (Bonaiuto, Breakwell & Cano, 1996; 2005; Vorkinn & Riese, 2001; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2012). Este processo ocorre através da superestimação dos elementos positivos e da desvalorização dos elementos negativos desse espaço (Bernardo e Palma-Oliveira, 2012). No contexto urbano, por exemplo, Palma-Oliveira, Antunes e Marques (2007) estudaram a relação entre a identidade de lugar e a percepção de risco, nomeadamente face à construção de uma estação de incineração. Este estudo demonstrou que a identidade de lugar estava sempre associada a um desejo de melhoria do grupo. Quando os residentes apresentavam uma atitude negativa em relação a tal construção, verificou-se uma relação positiva entre a identidade de lugar e a percepção de risco. Ou seja, a identidade aumentou a percepção de risco (Lima, 2003; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2012). Quando havia uma atitude positiva face à incineradora, verificou-se uma relação negativa entre identidade e percepção de risco. Neste caso a identidade teve uma função protetora relativa à imagem do grupo, diminuindo a percepção de risco (Lima, 2003; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2012). Também Bernardo (2011) procurou analisar como a identidade de lugar pode levar a uma distinção

positiva do próprio grupo. Os residentes de quatro bairros de Lisboa (bairros com características muito diferentes entre si e associados a estereótipos, ora muito negativos, ora muito positivos) foram questionados sobre a sua identidade de lugar e a sua percepção relativa à qualidade, prestígio e segurança desses bairros. Os resultados sugerem que quanto maior a identidade de lugar dos residentes, maior a sua percepção da qualidade do bairro. Para além disso, como esperado, os residentes evidenciaram uma percepção significativamente mais positiva do seu bairro em termos de qualidade, prestígio e segurança do que os não residentes. Este resultado foi consistente nos quatro bairros, mesmo quando o estereótipo de um bairro era muito negativo. Essa distinção positiva do próprio bairro pode resultar em distorções na percepção do espaço, por exemplo em termos da percepção da distância (Palma-Oliveira et al., 2010; Bernardo, 2011). No estudo de Bernardo (2011), os residentes dos bairros foram questionados sobre a distância entre o bairro e vários pontos centrais da cidade de Lisboa. Os resultados demonstraram que quanto maior o nível de identidade, maior a percepção de proximidade ao centro da cidade, considerado como algo positivo. Da mesma forma, quanto maior a percepção da qualidade e prestígio do bairro, maior a percepção de proximidade ao centro da cidade.

Como afirmado acima, na base da identidade social ocorre um processo de comparação social, onde ocorre um aumento da percepção de homogeneidade comportamental entre os membros dos grupos e um aumento na diferenciação entre o nosso grupo e os outros grupos (Turner, 1981). No contexto urbano, no estudo de Bernardo e Palma-Oliveira (2016) os resultados demonstraram uma correlação positiva entre a identidade de lugar e a percepção de homogeneidade do grupo, ou seja, quanto maior a identidade de lugar dos residentes, maior a percepção de homogeneidade entre os moradores do bairro. Em termos de diferenciação intergrupar, de acordo com Bernardo e Palma-Oliveira (2016), é possível distinguir três tipos de relações entre grupos: o grupo comparativo, ou seja, o grupo escolhido

para o processo comparativo. O processo comparativo é realizado com esse grupo e, nesse caso, os residentes diferenciaram-se dos moradores dos bairros que constituem os grupos comparativos. Neste estudo os resultados indicaram que no caso dos bairros que funcionavam como um grupo de comparação verificou-se uma correlação positiva entre identidade e diferenciação intergrupai. O segundo tipo são os grupos que funcionam como um grupo de referência idealizado. Esse tipo de grupo não é utilizado na comparação com o grupo, porque é visto como muito positivo, sendo percebida uma lacuna entre o próprio grupo e esse grupo, o que impossibilita o processo de comparação. Os resultados deste estudo demonstrou que os grupos que funcionavam como grupos de referência revelaram uma correlação negativa entre a identidade de lugar e a diferenciação intergrupai. O último tipo são os grupos que não são relevantes nesse processo e, portanto, não há grupo de comparação ou grupo de referência. Os resultados mostraram que, por exemplo, o bairro conhecido como “Chelas” - que apresentava baixa avaliação de qualidade, prestígio e segurança, com um estereótipo claramente negativo na cidade de Lisboa - não era utilizado por nenhum dos outros como uma referência de comparação.

Por fim, no contexto da Teoria da Identidade Social, o “tamanho do grupo” é uma variável relevante nas relações intergrupais. De um modo geral, a literatura mostra que grupos pequenos apresentam um maior enviesamento intergrupai isto é, maior favoritismo em relação ao próprio grupo e maior discriminação em relação ao exogrupo, do que grupos grandes (por exemplo, Liebkind, Henning-Lindblom e Solheim, 2008; González & Brown, 2006; Leonardelli & Brewer, 2001; Hewstone et al., 2002; citado por Bernardo e Palma-Oliveira, 2016). Por um lado, este fenómeno pode dever-se ao facto de pertencer a grupos minoritários é uma fonte mais vulnerável de segurança e de identidade positiva para os membros do grupo (por exemplo, Lucken e Simon, 2005; Blank, Mummendey e Otten, 1995; Ellemers, et. al., 1992; citado por Bernardo e Palma-Oliveira, 2016). Por outro lado, a Teoria

da Distintividade Ótima (Brewer, 1993) propõe que as pessoas preferem grupos que, num determinado contexto, satisfazem a necessidade de inclusão no grupo e, simultaneamente, atendem à necessidade de diferenciação entre o endogrupo e o exogrupo. Consequentemente, as pessoas identificam-se mais e relatam maior satisfação com esses grupos (Brewer & Weber, 1994; Simon e Hamilton; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2016). Nesse sentido, os grupos menores satisfazem mais facilmente essas duas necessidades humanas porque são mais distintivos do que grupos maiores (Hornsey & Jetten, 2004; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2016).

No estudo dos lugares, o tamanho do lugar foi estudado por Bernardo & Palma-Oliveira (2016). Os autores investigaram se a identidade com um lugar (bairro) leva ao mesmo tipo de discriminação que se observa em termos de identidade social. Em particular, se o tamanho do grupo é uma variável importante na identidade e satisfação com o lugar de residência e na discriminação em relação a outros lugares. Para tal dois estudos foram elaborados: um estudo de laboratório e um estudo de campo. No primeiros os participantes foram classificados em dois grupos: (1) preferência por bairros pequenos e (2) preferência por bairros grandes. O segundo estudo comparou dois grupos de moradores do mesmo bairro mas em duas situações distintas: em relação ao bairro como um todo (grupo grande) ou em relação a uma parte do bairro (grupo pequeno). Nos dois estudos, os resultados evidenciam um maior nível de identidade em relação ao endogrupo nos grupos mais pequenos. No que diz respeito à discriminação, os estudos mostraram que isso ocorre mais em pequenos grupos com altos níveis de identidade, mas também ocorreu em grupos grandes com níveis de identidade semelhantes. Por outras palavras, parece que grupos pequenos discriminam mais do que grupos grandes, mas essa discriminação é a mesma para grupos grandes e pequenos quando os níveis de identidade são altos. De fato, alguns estudos relataram a ideia de que as pessoas preferem morar em bairros pequenos (por exemplo, Lord & Rent, 1987; Bonnes &

Bonaiuto, 1996; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2016) e estão mais satisfeitas em termos de serviços urbanos (Mouritzen, 1989; citado por Bernardo & Palma-Oliveira, 2016). Porém, de acordo com Bernardo e Palma-Oliveira (2012), no mundo real o tamanho do bairro é frequentemente associado a outras variáveis, como a presença de infraestruturas ou interação social.

2 – Lugar como fonte de informação na formação de impressões

Existem evidências de que o design ou configuração dos espaços leva à inferência automática de traços de personalidade e de comportamento. Por exemplo, um estudo de Gosling, Ko, Mannarelli e Morris (2002) demonstrou a importância do ambiente na formação de impressões sobre os outros. Foi pedido aos observadores que avaliassem o ocupante de um escritório ou de um quarto, com base apenas nas características físicas desses ambientes. Os resultados demonstraram que a avaliação do observador era bastante precisa em comparação com a avaliação que tinha sido feita quer por amigos do ocupante do escritório ou do quarto, quer pelo próprio ocupante.

Os bairros de residência podem ser entendidos como uma fonte de informação para formar impressões acerca dos seus residentes, na medida em que são uma forma de categorização social e como tal estão associados a determinados estereótipos (Bernardo, 2011).

A relação entre a formação de impressões e os estereótipos foi abordada por Hamilton e Sherman (1996). Os autores defendem que em ambos os casos, o observador desenvolve um conceito acerca de um alvo social com base na informação disponível e utiliza essa informação para fazer julgamentos e tomar decisões sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas.

Lynch (1976) argumenta que o bairro é um das 5 categorias mais relevantes para a organização de informação sobre cidades por parte das pessoas. Lee (2003) ao estudar como as pessoas organizam a informação em relação aos lugares, demonstrou que as pessoas possuem “esquemas socio-espaciais” sobre os bairros, tal como acontece em termos de esquemas sociais e de objetos (conceito introduzido por Piaget em 1923 e desenvolvido por Bartlett, 1932). Os esquemas são representações mentais da realidade que permitem organizar o conhecimento em categorias mais simplificadas. Por outras palavras, as impressões que formamos são construções cognitivas baseadas em diversos esquemas – conjuntos organizados de expectativas sobre a forma como os diferentes tipos de comportamentos humanos se encontram associados.

Lee (2003) defende que não é possível que a atividade e significados sociais sejam independentes do ambiente físico e, como tal, em termos de organização mental, formam uma “unidade funcional”. De acordo com Galster (2001; cit. por Bernardo, 2011) o bairro pode ser definido como um agregado urbano que se caracteriza por uma certo nível de homogeneidade social e física reconhecida pelos seus habitantes e pelos observadores externos, “consistindo em tudo, desde estruturas e topografia até à demografia, serviços públicos e interações sociais” (p. 2121). Neste sentido, de acordo com Bernardo (2011) o bairro é entendido como uma unidade molar, como uma entidade.

Bernardo (2011) sugere que os bairros variam em termos de unidade percebida pelas pessoas. Neste contexto, a autora questiona até que ponto é que pertencer a esses bairros (percebidos com maior ou menor unidade) é uma fonte de informação que afeta a formação de impressões sobre os seus residentes, isto é, se o bairro tem a capacidade de dar informação ao observador, enquanto um grupo geograficamente definido, sobre os residentes desse bairro. Assim, Bernardo (2011) investigou se o conceito de “entitatividade” (Campbell, 1958), utilizado até então apenas no âmbito da psicologia social, isto é, “até que ponto um

conjunto de pessoas é percebido como um grupo significativo, como uma entidade (Rutchick, Hamilton, & Sack, 2008, p. 905)”, poderia ser aplicado à percepção dos bairros. Os resultados confirmam que os bairros são percebidos com diferentes níveis de entitatividade e que a percepção de entitatividade tem um impacto em termos de processamento da informação e consequente formação de impressões sobre os seus habitantes.

Lickel e colegas (2000) estudaram a formação de impressões, particularmente em relação à percepção de entitatividade grupal, essencialmente em três tipos de grupos (Hamilton, et al., 2002): os grupos íntimos, como a família, que se caracteriza por um número reduzido de elementos, mas níveis altos de interação, onde os membros partilham uma vasta história; os grupos orientados para a tarefa, como por exemplo os colegas de trabalho, que se referem a grupos relativamente pequenos, com elevada interação entre os membros, caracterizados pela partilha de objetivos e destinos comuns; e as categorias sociais, como ser americano ou judeu, que se caracterizam como grupos de larga dimensão, com limites relativamente impermeáveis, e que se caracterizam por uma baixa interação entre os seus membros.

Lickel et al., (2000) concluíram que os grupos íntimos são aqueles percebidos com maior grau de entitatividade, seguidos pelos grupos orientados para a tarefa, e por último as categorias sociais. Porém, é reconhecido que os indivíduos têm informação muito bem estruturada acerca das categorias sociais, nomeadamente com base em estereótipos (Hamilton, Sherman & Rodgers, 2004, citados por Bernardo, 2011).

Os bairros são descritos normalmente como categorias sociais. Porém, de acordo com Bernardo (2011), em contraste com as categorias sociais clássicas, os bairros caracterizam-se como grupos relativamente menores (o que pode ter consequências em termos de entitatividade percebida, como referido anteriormente – questão do tamanho do grupo), os limites ou barreiras são mais permeáveis (na medida em que se pode facilmente sair e entrar).

Porém, os bairros continuam a poder ser considerados como categorias sociais, uma vez que as pessoas se auto-categorizam como pertencendo a determinados bairros e acreditam partilhar características semelhantes com os membros desse grupo definido geograficamente. Assim, de acordo com a teoria da identidade social e a teoria da auto-categorização (Tajfel, 1974; Turner, 1985) está a ocorrer um processo de categorização social. Também os observadores percecionam os residentes dos bairros como compartilhando características semelhantes, e, como tal, os bairros também podem variar em termos de entitatividade percebida.

2.1 - Perceção de entitatividade grupal no contexto da psicologia social clássica

Todos os grupos variam em termos de entitatividade percebida pelos observadores. Ou seja, para Campbell (1958) a entitatividade não é uma propriedade que os grupos possuem ou não, mas sim um *continuum* no qual os grupos variam de acordo com a percepção do observador (Hamilton & Sherman, 1996). O conceito de entitatividade pode ser definido como “o grau em um agregado social é percebido como tendo a natureza de uma entidade ou tendo existência real” (Campbell, 1958, p.17). Assim, os grupos podem variar entre um mero conjunto de indivíduos ou um grupo real. De acordo com Hamilton e Sherman (1996), os grupos mais pequenos são normalmente percecionados como mais entitativos pelo observador do que os grupos maioritários.

Campbell (1958) propõe um conjunto de pistas percetuais ou propriedades grupais mais relacionadas com a entitatividade, nomeadamente o autor sugere que a percepção de entitatividade é influenciada por fatores como similaridade, proximidade e destinos comuns entre os membros do grupo e a saliência do grupo para o observador. Outros estudos encontraram uma correlação positiva entre a percepção de entitatividade e similaridade (por exemplo, Brewer & Carini, 1995; Brewer & Harasty, 1996; Yzerbyt, Rogier & Fiske, 1998;

Hamilton; citado por Bernardo, 2011). Uma pessoa pertence a grupos com que considera compartilhar semelhanças significativas e, na mesma medida, as pessoas que são percebidas pelo observador como compartilhando características semelhantes entre elas são consideradas um grupo (Smith & Mackie, 2015).

Porém, Crump e colaboradores (2010) mostraram algumas diferenças entre a percepção de entitatividade e similaridade entre o endogrupo e o exogrupo. De acordo com os autores há uma maior percepção de entitatividade em relação aos membros do in-group do que em relação aos do out-group. Mas os membros do exogrupo são percebidos como mais similares entre eles do que os membros do endogrupo. Para além disso, os autores verificaram que a manipulação da similaridade percebida afetava a percepção de similaridade do grupo, mas não a percepção de entitatividade do grupo e a manipulação da percepção de entitatividade influenciava a percepção de entitatividade do grupo, mas não a percepção de similaridade do grupo.

Já outra linha de investigação defendeu que um grupo percebido com alta entitatividade pode ser visto como similar, na medida em que há uma “percepção de que existe uma essência interna que define o grupo como uma categoria” (Hamilton, 2007, p.1081; citado por Bernardo, 2011). Por outro lado, Lickel e colegas (2000) verificaram que as propriedades grupais mais fortemente relacionadas com a percepção de entitatividade eram a similaridade entre os membros do grupo, objetivos comuns, destinos comuns, importância do grupo para os seus membros e a ocorrência de interação social.

De acordo Brewer & Yuki (2005) os determinantes da percepção de entitatividade são diferentes em função da dimensão e características do grupo, mas um dos mais importantes preditores é a forte interação entre os seus elementos.

2.2 - Percepção de entitatividade grupal no contexto urbano

Tal como acontece nos grupos sociais clássicos, também os bairros podem variar em termos de entitatividade percebida. Bernardo (2011) procurou compreender se (a) os lugares de residência (bairros) são percecionados com diferentes níveis de entitatividade, (b) devido às suas características físicas e sociais e (c) se esse nível de entitatividade percebida tem um impacto na forma como as pessoas formam impressões sobre os moradores dos bairros. Os resultados demonstraram que:

a) As pessoas percecionam com consistência diferentes níveis de entitatividade relativamente a diferentes bairros. Desta forma demonstrou-se que o lugar gera processos de percepção grupal, tal como se observa nos grupos sociais clássicos da psicologia social.

b) Relativamente às propriedades sociais/grupais estudadas (propostas com base no estudo de Lickel e colegas, 2000; de acordo com Bernardo, 2011), nomeadamente, interação social, objetivos comuns, destinos idênticos, importância do grupo e similaridade entre os membros do grupo, estas propriedades estavam todas correlacionadas com a percepção de entitatividade dos bairros. A interação social destacou-se como a propriedade grupal mais fortemente correlacionada com a percepção de entitatividade em relação aos bairros.

Relativamente às propriedades físicas estudadas (propostas por Kasmar et al., 1970; de acordo com Bernardo, 2011), os participantes associaram a entitatividade de um bairro a características como uma área pequena, pobre, antiga, característica, não necessariamente funcional, não necessariamente bem-organizada ou planeada, coincidindo com agregados urbanos mais tradicionais (ex: Alfama). No extremo oposto, os bairros percecionados com baixa entitatividade foram associados a características contrastantes com as referidas anteriormente, como uma área maior, mais rica, moderna, não singular, mais funcional, bem-organizada ou planeada, coincidindo com agregados urbanos mais recentes (ex: Parque das Nações).

Em suma, Bernardo (2011) identificou duas dimensões principais relativas às características físicas dos bairros que se relacionam com a entitatividade, nomeadamente a atratividade e a funcionalidade. A entitatividade está negativamente correlacionada com a funcionalidade e positivamente correlacionada com uma das características da dimensão atratividade, a característica "único". Para além disso, a entitatividade está fortemente correlacionada com a característica social "interação". Assim, a autora conclui que, para promover bairros mais entitativos, é importante desenvolver áreas que promovam a interação social, para além de criar espaços únicos, isto é, que se distingam dos espaços circundantes.

c) Por outro lado, os resultados demonstraram que a perceção de entitatividade de um bairro tem um impacto em termos de processamento da informação e consequente formação de impressões sobre os seus habitantes, tal como nos grupos sociais clássicos (por exemplo, categorias sociais como “economistas” ou “ciganos”): em situações de maior entitatividade percebida de bairros, as pessoas, a partir de estereótipos (era dado o nome do grupo), julgam de forma mais extrema os traços comportamentais (positivos ou negativos) dos membros do grupo, fazem julgamentos mais rápidos e estão mais confiantes no julgamento (especificamente relativamente ao traço comportamental “sociabilidade”), do que em situações de baixa entitatividade percebida.

Por fim, Bernardo (2011) investigou se são apenas os estereótipos que os participantes possuem à partida sobre um bairro e os seus moradores que afetam a forma como a informação é organizada, ou se basta haver contacto visual com o bairro para formar impressões, ou seja, se as características físicas de um bairro são suficientes para que um bairro seja percecionado com uma maior ou menor grau de entitatividade. Para tal foram apresentadas fotografias de bairros sem ser dito o nome do bairro para gerar o estereótipo em relação aos bairros

Os resultados confirmaram a ideia de que as características físicas e sociais estão interligadas e que as características físicas são uma fonte de informação importante na percepção de entitatividade de um lugar, na medida em que se verificou que as pessoas avaliam o nível de entitatividade de um lugar apenas através de fotografias de bairros, influenciando a formação de impressões sobre os seus moradores. Por outras palavras, para além das propriedades físicas e sociais estarem correlacionadas com a percepção de entitatividade, os resultados demonstraram ainda que estas estão relacionadas entre si, isto é, as pessoas fazem inferências entre características físicas e sociais de um bairro. Desta forma, se as pessoas fazem inferências de entitatividade e de outros traços psicossociais (como interação social) sobre os residentes dos bairros, e essas inferências são consistentes, então os sujeitos fazem inferências a partir dos únicos aspetos que possuem – as características físicas dos bairros.

Em 2019, Palma-Oliveira, Bernardo e Cristino (dados não publicados) desenvolveram uma investigação cujo objetivo foi explorar as diferenças entre participantes portugueses e não-portugueses no nível de entitatividade percebida de diferentes lugares (além de portugueses) e na caracterização de lugares com diferentes níveis de entitatividade percebida. Os resultados indicam que não existem diferenças entre portugueses e não-portugueses, ou seja, a percepção de entitatividade e as inferências entre características sociais e físicas parecem ser um traço cultural (europeu).

3 – Configurações espaciais *sociopetal* e *sociofugal*

O conceito de configurações espaciais *sociopetal* e *sociofugal*, aqui apresentado, será pertinente para a compreensão da entitatividade percebida dos bairros.

Humphry Osmond (1957, 1959, 1966; citado por Cherulnik, 1993) identificou como um problema comum a todos os pacientes psiquiátricos a alienação da comunidade, resultante da rotura das relações interpessoais derivada dos distúrbios na percepção, humor e

pensamento. Este problema seria agravado pela configuração espacial – espaços grandes, grandes distâncias, eco, despersonalização e excesso de concentração de pessoas no mesmo espaço. Ou seja, Osmond acreditava que um ambiente físico inadequado desencorajava a formação de relacionamentos humanos nos hospitais psiquiátricos, agravando por isso os problemas pelos quais os pacientes foram inicialmente admitidos no hospital. Osmond definiu um ambiente físico que desencoraja a interação social como “espaços *sociofugal*”. Em particular, os espaços *sociofugal* desencorajam a formação de pequenos grupos, nos quais a maioria dos relacionamentos se desenvolvem. Pelo contrário, espaços com uma disposição que pode encorajar a interação social – quartos pequenos, graus de privacidade apropriados, espaços personalizados e não institucionais e disposições espaciais que tendem a aproximar as pessoas – foram denominados por “espaços *sociopetal*”

Mais tarde, numa ala geriátrica para mulheres foi criada uma sala de convívio com mobílias de boa qualidade, em comparação com o que existia anteriormente em tais instituições. Porém, ainda assim poucas interações sociais eram observadas entre as pacientes. Sommer e Ross (1958; citado por Cherulnik, 1993) colocaram a hipótese de que a mobília, embora bonita, teria sido disposta na sala de convívio de uma forma que desencoraja a interação social e que por isto esta sala de convívio seria um espaço *sociofugal*. Nesta sala de convívio a maioria das cadeiras e sofás estavam dispostos lado a lado ao longo das paredes e formando filas umas em frente às outras. Os restantes assentos estavam dispostos em grupos de filas costas contra costas, ou em volta de colunas virados para diferentes direções. As mesas de jogo estavam dispostas de forma isolada, longe dos assentos. Esta disposição da mobília dificulta a interação social, especialmente no caso de senhoras mais velhas, que terão dificuldade em virar-se nas cadeiras para conversar ou ver através de grandes distâncias. Para testar estas hipóteses, os autores avaliaram, antes e depois da alteração da disposição da mobília na sala de convívio, a quantidade de interação social. As mudanças na configuração

do espaço passaram nomeadamente por serem retirados alguns sofás e adicionadas novas mesas com quatro cadeiras. Desta forma o espaço foi dividido em nove “ilhas” compostas pelas mesas com as cadeiras. Quase todos as disposições da mobília que incluíssem estar lado a lado, costas com costas ou assentos isolados foram eliminados. Observou-se que, em comparação com o período de *baseline*, as taxas de interação social, quer breve, quer continuada, na sala de convívio, aumentaram substancialmente com as alterações realizadas em termos da disposição dos móveis (47 para 73 e 36 para 61, respetivamente). Este estudo confirmou a ideia de Osmond relativamente à distinção entre espaços *sociofugal* e *sociopetal*.

De acordo com Cherulnik (1993), mais de uma década depois do trabalho de Sommer, uma equipa de arquitetura orientada para o comportamento em Cleaveland implementou as ideias de Osmond, sobre espaços *sociopetal* e *sociogugal*, numa ala para homens com doenças mentais crónicas. Os seus comportamentos eram caracterizados por períodos de alienação e por vezes episódios de violência. A ala em si correspondia ao design de hospitais psiquiátricos clássicos descritos por Osmond – quartos muito grandes que estavam fechados durante o dia para facilitar a supervisão dos pacientes, tetos altos, superfícies reflexivas e luzes fracas – contribuindo para a dificuldade destes pacientes em envolverem-se e manterem atividades significativas, incluindo conversar. Ou seja, seria um espaço *sociofugal*, que poderia reforçar ou mesmo produzir os comportamentos problemáticos dos pacientes. Assim, as mudanças em termos de design pretendiam criar espaços que promovessem a interação social entre os pacientes assim como, ou em conjugação com, outras atividades.

Adicionalmente pretendia-se manter espaços que respeitassem também a necessidade dos pacientes face a atividades não sociais, tanto em áreas comuns como em locais isolados. Foram utilizadas divisórias para dividir os dormitórios em módulos com duas camas cada e um “espaço social” composto por uma mesa e cadeiras. Na sala de convívio foram criados espaços para atividades através da construção de plataformas elevadas nas quais dois a quatro

grupos de três lugares foram usados para criar configurações circulares ou semicirculares. Nalgumas dessas plataformas, os lugares para sentar estavam à volta de centros de atividade, como televisões, máquinas de lavar e secar e instalações de cozinha. Nalguns casos foram criadas bancadas ou paredes baixas em frente ou atrás dos assentos com o intuito de encorajar que as pessoas se debruçassem sobre elas, aproximando-se mais da pessoa com quem estivessem a falar ou da atividade em curso. De forma a permitir maior escolha entre os espaços e maior privacidade, as portas foram mantidas abertas ao longo da ala e novas portas foram construídos para facilitar o movimento entre os quartos e fragmentar os longos corredores e os espaços amplos. Módulos nos dormitórios oferecem um lugar de isolamento e a possibilidade de guardar posses pessoais. Foram construídos abafadores de som por baixo do teto para diminuir a reflexão do som e facilitar a conversação. As luzes foram melhoradas para tornar mais fácil a realização de atividades. Cores mais vivas e brilhantes e grandes sinais foram utilizados para auxiliar na orientação e melhorar a aparência estética da ala. A nova decoração pretendia melhorar a autoimagem dos pacientes.

Para avaliar os efeitos do novo design no comportamento dos pacientes, Ittelson, Rivlin e Proshansky (1970; citado por Cherulnik, 1993), desenvolveram um mapa comportamental com base na planta do hospital, onde cada padrão de movimentos dos pacientes poderia ser traçado e agrupado em categorias através das quais os seus comportamentos poderiam ser classificados. O mapa comportamental foi realizado em três ocasiões. A primeira foi nas duas primeiras semanas, isto é, no período de *baseline*, antes de quaisquer alterações serem feitas na ala. Depois foi realizado um mapa temporário quando as plataformas estavam a ser construídas, os abafadores de som tinham sido colocados, tinham chegado algumas mesas e algumas novas portas foram criadas, mas ainda não tinha sido colocados assentos, equipamentos ou repartições do espaço. Por fim, o último mapa de avaliação foi realizado quando todas as alterações físicas da ala foram concluídas. Os

resultados indicam que não foram observadas mudanças na quantidade de comportamentos passivos (dormir, estar deitado acordado ou sentado sozinho) ou na quantidade de interação social entre o período de *baseline* e o período do mapa temporário. Porém, entre o período de *baseline* e a avaliação final, a taxa geral de interação social mais do que duplicou e os índices de comportamento passivo e de inatividade decaíram significativamente, mesmo tendo sido criados espaços de isolamento, onde os pacientes poderiam optar por estar sozinhos.

Holahan e Saegert (1973; citado por Cherulnik, 1993) aplicaram também o conceito de espaço *sociopetal* de Osmond, desta vez na ala psiquiátrica de um grande hospital municipal. Esta ala foi remodelada para cumprir um programa comportamental de três partes. Primeiro, o espaço novo destinava-se a encorajar comportamentos sociais entre os pacientes. Segundo, destinava-se a estimular um estado emocional positivo entre os pacientes (e não depressivo ou letárgico). Terceiro, destinava-se a promover mais atividades para os pacientes. As mudanças em termos de design para promover a interação social basearam-se nas que foram feitas por Sommer e Ross (1958; citado por Cherulnik, 1993) e pela equipa de arquitetura orientada para o comportamento (1970/1976): a mobília da sala de convívio da ala foi disposta em grupos *sociopetals* de mesas e cadeiras. Os dormitórios foram divididos em módulos com duas camas cada, cada módulo possuindo uma pequena área de convívio composta por uma mesa e cadeiras. Para estimular um estado emocional positivo, a ala inteira foi pintada com cores luminosas e não-institucionais e as mobílias foram substituídas por outras mais modernas e confortáveis. Finalmente, oportunidades de mais e variadas atividades na ala foram proporcionadas pela colocação de televisões e mesas de jogo na de convívio. Seis meses após a remodelação do espaço desta ala estar completa, os seus efeitos no comportamento dos pacientes foram avaliados em comparação com uma segunda ala com características similares, na qual não foi realizada qualquer alteração. A avaliação foi feita através do mesmo paradigma proposto por Ittelson e colaboradores (1970; citado por

Cherulnik, 1993): o sistema de mapeamento comportamental. Além disso, foram avaliadas as atitudes dos pacientes face ao ambiente físico e à atmosfera social na ala, através de entrevistas. Os resultados da remodelação demonstraram claramente um efeito positivo: foi observada maior interação social entre os pacientes, os pacientes e a equipa médica e com os visitantes, em todas as áreas da ala. Para além disso menos comportamentos isolados passivos (dormir, estar deitado mas acordado ou sentado sozinho) foram observados, em comparação com os pacientes da ala onde não ocorreu qualquer remodelação do espaço. Os pacientes da ala que foi remodelada expressaram atitudes mais positivas e maior satisfação em relação ao ambiente físico da sua ala do que os pacientes da ala que não foi remodelada. Porém não se verificaram diferenças significativas entre os pacientes das duas alas em relação às atitudes expressas acerca da atmosfera social de cada uma das alas. Estes resultados demonstram a eficácia de espaços *sociopetal* em atingir os objetivos de aumento da interação social e diminuição dos comportamentos isolados passivos.

Já num contexto mais próximo ao que é estudado no presente trabalho, nomeadamente no contexto urbano, Oscar Newman (citado por Cherulnik, 1993) demonstrou que os níveis de criminalidade (roubos, assaltos, agressões, violações, assassinatos e crimes relacionados com drogas) variam entre os tipos de construções urbanas, dependendo dos seus diferentes tamanhos, alturas e localizações, o que tem importantes implicações em termos de planeamento dos espaços públicos. Comparando diferentes configurações espaciais, este autor desenvolveu uma teoria (teoria dos espaços defensivos), onde defende especialmente que a questão dos espaços muito grandes e prédios muito altos afeta o comportamento dos seus residentes e consequentemente o dos criminosos, na medida em que são os residentes que melhor podem controlar os crimes, ao chamarem a polícia, gritarem por ajuda ou mesmo intervindo mais diretamente. Ou seja, ao intervirem, tornam o espaço menos propício à criminalidade. O autor defende que as pessoas irão fazê-lo por sua vez na medida em que a

configuração dos espaços os encorajar a tal. Os espaços têm de ter configurações que encorajem a identidade com o lugar, uma vez que, caso se verifique uma identidade prejudicada dos residentes isso contribuirá para que possuam sentimentos de impotência e falta de controlo e, por sua vez, essa vulnerabilidade será percecionadas pelos criminosos. Note-se que existem evidências de que uma maior percepção de entitatividade permite uma maior identidade de lugar, na medida em que as pessoas se identificam mais com grupos mais entitativos (Hogg et al., 2007). Uma das formas de tornar os espaços “encorajadores” é, de acordo com Newman, diminuindo os espaços públicos, isto é, o espaço que os residentes utilizam assim como as pessoas de fora que por lá passam. Para tal, Newman, sugere que as áreas exteriores sejam divididas, por exemplo, por cercas ou até mesmo por elementos paisagísticos, como arbustos que tornem um espaço grande em parcelas menores.

O Presente Estudo

Com base nas evidências apresentadas anteriormente, é possível compreender que existem fatores, em termos da configuração do espaço, que influenciam os níveis de interação social, como o tamanho do espaço. Ou seja, a variação desses fatores tornam um espaço *sociofugal* ou *sociopetal*, conforme desencorajem ou encorajem a interação social naquele espaço, respetivamente.

A percepção de interação social nos bairros é o fator mais preditivo da percepção de entitatividade (Bernardo 2011; Brewer & Yuki, 2005; Lickel et al., 2000) e, por sua vez, a inferência desses traços psicossociais ocorre através de pistas ambientais.

Os resultados de Bernardo (2011) indicam que os indivíduos, ao observar um conjunto de fotografias de bairros, conseguem rapidamente avaliar se esses bairros tinham maior ou menor entitatividade. Bernardo (2011) encontrou um conjunto de características físicas que estão correlacionadas com a entitatividade. A autora observou que os bairros mais

entitativos eram geralmente considerados áreas pobres, antigas, pequenos, pouco planeadas, entre outras características e os de baixa entitatividade parecem estar associados a características opostas (ricos, modernos, grandes, planeados, entre outras). Mas, na realidade, esta correlação pode não ser uma causalidade. Neste estudo pretende-se perceber até que ponto é que as características físicas que as pessoas atribuem a esses bairros são determinantes a percepção de alta entitatividade (AE) ou baixa entitatividade (BE).

Geralmente, na vida real, os bairros menos entitativos parecem, por exemplo mais ricos e modernos e os bairros mais entitativos mais pobres e antigos. Contudo que esta variação pode ser determinada pela evolução da arquitetura, no sentido em que os bairros modernos normalmente são mais planeados ou são bairros onde há normalmente ruas mais largas, largos mais largos (isto é, com características mais *sociofugal*). Isto é, a evolução da arquitetura do espaço leva a que os bairros mais novos, sejam ao mesmo tempo aqueles onde há espaço maiores. Assim verifica-se uma variação concomitante de uma série de características físicas que estão juntas na vida real. Por isto não é possível detetar qual é a verdadeira razão pela qual as pessoas determinam a AE ou BE. De acordo com Bernardo, os bairros de AE são sempre pobres, com falta de planeamento, as ruas mais estreitas e largos mais pequenos. Os de BE costumam ser mais planeados, ruas maiores, largos maiores. Portanto como essas coisas variam todas ao mesmo tempo não é possível saber exatamente afinal qual as características específicas determinantes para a percepção de entitatividade.

Será que os bairros mais novos, por exemplo, nunca poderão ser considerados como entitativos? Não será possível aumentar a indicação de interação em bairros mais novos e assim a percepção de entitatividade? Se a entitatividade estiver realmente ligada às características físicas estudadas por Bernardo (por exemplo ser pobre e antigo), significa que não será possível desenhar um bairro moderno que seja percecionado como entitativo?

Assim, o objetivo deste estudo será compreender se de facto há uma correlação entre a percepção de entitatividade e essas características físicas ou se se trata de uma causalidade. Ou seja, se calhar não são as características físicas (por exemplo, ser moderno, rico e planeado) que realmente induzem a percepção de entitatividade dos bairros, mas sim a configuração do espaço público ser composto por elementos de configuração que o tornam *sociopetal* ou *sociofugal*. Isto porque, por exemplo, os bairros ricos tendem a ser espaços maiores, com ruas mais largas e largos maiores (mais *sociofugal*). Assim será uma questão não das características físicas *per se*, mas da configuração do espaço social em si. Por outras palavras, se calhar o que realmente determina a percepção de entitatividade não são as características físicas superficiais dos bairros, mas o modo como esses bairros estão desenhados, na medida em que aumentam ou diminuem o tamanho do espaço social, tendo consequências em termos de ser propício ou não à interação social, logo afetando a percepção de entitatividade.

Neste contexto, o presente estudo pretende compreender se é a configuração do espaço público que induz a entitatividade e não a percepção de meras características físicas dos prédios em si, por exemplo. Por sua vez, para que seja possível perceber um espaço como *sociopetal* ou *sociofugal* é necessário que as fotografias apresentadas sejam de espaços públicos (como largos ou ruas) e não fotografias que apenas permitem avaliar as características físicas (como a fachada de um prédio, que nada nos diz sobre o espaço social).

Assim, coloca-se a hipótese de que 1) as fotografias que não apresentam um espaço social ou público (fachadas dos prédios) não permitem a avaliação de entitatividade. Desta forma espera-se que, ao compararmos fotografias de fachadas de prédios de AE e de BE, não se encontrem diferenças significativas na percepção de entitatividade (embora se encontrem diferenças ao nível das características físicas).

Por outro lado, 2) espera-se encontrar diferenças em termos de percepção de entitatividade entre os espaços públicos derivadas da configuração dos espaços ser sociopetal

ou sociofugal e não pelas características físicas *per se* estudadas. Assim, os espaços públicos na BE, por possuírem elementos de configuração *sociofugal* (rua mais larga e largo maior, com limites menos definidos e sem mobiliário urbano propício à interação), induzirão significativamente uma menor percepção de entitatividade do que os espaços públicos na AE, que possuem elementos configurativos mais *sociopetal* (rua mais estreita e largo mais pequeno, com limites mais definidos e com um banco de jardim).

No presente estudo foram utilizadas fotografias já testadas por Bernardo (2011), que à partida já sabemos que foram consideradas como de AE ou BE. Utilizamos estas fotografias tentando separá-las pelos seus elementos configurativos (ruas mais estreitas e ruas mais largas, largos mais pequenos, com limites mais definidos e largos maiores com limites menos definidos e ainda fachadas de prédios).

Metodologia

1 - Amostra

Participaram no presente estudo setenta alunos da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Dos setenta participantes, dois deles apenas aceitaram participar no estudo online, sem ter respondido a nenhuma das questões subsequentes, pelo que foram excluídos da amostra. Entre os sessenta e oito participantes incluídos neste estudo, sessenta e três identificavam-se com o género feminino (92,6%), quatro com o género masculino (5,9%) e um com "outro" (1,5%). A idade média dos participantes era de 20,87 anos (DP = 4,415), sendo que a idade mínima foi de 19 e a máxima 42.

2 - Materiais

O material utilizado neste estudo consistiu no questionário (Anexo A) desenvolvido por Bernardo (2011). Este questionário serviu para avaliar, em relação a cada uma das

fotografias dos bairros apresentadas, a percepção dos participantes relativamente a vinte e três questões, numa escala de 9 pontos: seis questões sobre a percepção de características sociais/grupais, catorze questões sobre a percepção de características físicas e três questões sobre preferências pelos bairros.

As questões sobre características sociais incluíram perguntas sobre a percepção de entitatividade (avaliada através da pergunta sobre se os residentes do bairro são um grupo ou nada um grupo), percepção de interação entre os habitantes, percepção da importância do bairro para os seus residentes e percepção de que os residentes do bairro possuem ou não objetivos, destinos e características similares entre si. As questões sobre características físicas procuraram estudar a percepção do observador em relação ao nível de atratividade do bairro, de agradabilidade, limpeza, modernidade, singularidade, funcionalidade, organização, ruído, acolhimento, equilíbrio, planeamento, coerência, riqueza e tamanho. Por fim as questões sobre preferências em relação aos bairros consistiram na avaliação do bairro como positivo ou negativo, muito bom ou muito mau e se observador gosta muito ou não gosto nada.

O questionário também incluiu perguntas sobre os dados demográficos dos participantes (género e idade) e uma pergunta sobre como se sentiram ao responder ao questionário (uma vez que este foi respondido online).

No presente estudo serão analisadas 6 fotografias de bairros (Anexo B) percecionadas, já demonstrado por Bernardo (2011), quer com AE, quer BE. Entre as fotografias de AE foram selecionadas três fotografias: uma fotografia de uma rua estreita, uma fotografia de uma largo (mais pequeno, como limites mais definidos e com um banco de jardim) e uma fotografia apenas da fachada de um prédio (esta fotografia foi selecionada porque não fornece muita informação percetiva acerca da configuração do espaço em termos de ser *sociopetal* ou *sociofugal*, contrariamente às outras duas fotografias). Entre as fotografias de BE foram também selecionadas três fotografias: uma fotografia de uma rua larga, uma fotografia de um

largo (maior, com limites menos definidos e sem um banco de jardim) e uma fotografia da fachada de um prédio.

3 - Procedimento

Antes de mais os participantes foram apresentados com o consentimento informado (Anexo C), podendo optar por continuar ou desistir da experiência.

Aceitando participar na experiência, foi comunicado aos participantes que este estudo tinha como objetivo recolher dados sobre a forma como processamos informação após observar fotografias de bairros. Foi esclarecido que ao longo do estudo veriam fotografias de bairros, exibidas durante 8 segundos, surgindo em seguida as questões a responder. Foi-lhes solicitado que prestassem atenção às fotografias e respondessem o mais depressa possível às questões apresentadas.

No final do questionário os participantes foram solicitados a fornecer os seguintes dados demográficos: com que género se identifica (masculino, feminino ou outro) e a sua idade. Para além disso, uma vez que o questionário não aplicado em contexto de laboratório, isto é, os participantes responderam online, foi-lhes pedido no final que indicassem como se sentiram ao responder ao questionário. Também foi disponibilizado um campo para observações ou colocação de dúvidas relativas ao estudo.

Dos sessenta e oito participantes, quinze afirmaram sentir-se cansados ao responder ao questionário, seis afirmaram terem-se distraído, trinta e cinco responderam "outro" sem especificar o que sentiram, e os restantes catorze participantes não selecionaram nenhuma das opções.

Para garantir que todos os participantes respondiam ao questionário até ao final, optou-se por dividir os participantes por dois grupos. A um grupo de participante foram apresentadas três fotografias de bairros de AE, com as seguintes configurações: rua estreita, a

presença de um largo e a fachada de um prédio. A outro grupo de participantes foram exibidas três fotografias de bairros de BE, com as seguintes configurações: rua larga, a presença de um largo e a fachada de um prédio. Após a apresentação de cada uma das fotografias dos bairros os participantes avaliavam-nas nos 23 itens, numa escala de 9 pontos.

As fotografias serão comparas entre elas, isto é, as fotografias das fachadas dos prédios, as fotografias das ruas e as fotografias dos largos serão comparadas em termos das avaliações do observador em relação à percepção de entitatividade, de caraterísticas sociais, caraterísticas físicas e preferências pelos bairros.

Resultados

1 - Dimensões de Entitatividade

Para compreender como se agrupam as caraterísticas estudadas na AE e na BE, realizou-se uma análise fatorial, feita através da técnica de análise de componentes principais (PCA) e utilizando uma Rotação Varimax, tendo resultado em cinco fatores ou dimensões, tanto na AE como na BE. Os resultados encontram-se resumidos na Tabela 1 e na Tabela 2.

Na AE as variáveis agrupam-se de uma forma muito consistente em termos de caraterísticas sociais, e, estas, de forma completamente distinta das restantes caraterísticas avaliadas (caraterísticas físicas e preferências). Ou seja, as pessoas, para bairros AE, fazem uma distinção muito clara entre aquilo que são as caraterísticas sociais daquilo que são as caraterísticas físicas do bairro e até das suas preferências pessoais. Por outro lado, a maior parte das caraterísticas físicas (atratividade, agradabilidade, limpeza, singularidade, funcionalidade, organização) e de preferências (positivo e gosto) agrupam-se no mesmo fator, demonstrando a sua associação na percepção dos inquiridos. Já a percepção dos níveis de silêncio no bairro e do planeamento, questões talvez mais associadas a outras dimensões possíveis, agregam-se também num outro fator, assim como a percepção de modernidade e

riqueza que se agregam noutro. Por fim, a questão do tamanho do bairro encontra-se sozinha num fator, parecendo constituir uma dimensão com um peso próprio por si só.

Tabela 1

Análise fatorial PCA com Rotação Varimax de todas as características para todas as fotografias de BE

	1	2	3	4	5
Grupo	-0,102	-0,043	0,863	0,192	0,191
Interação	0,102	-0,051	0,933	0,045	0,191
Importância	0,332	0,172	0,749	0,247	-0,161
Objetivos	0,100	0,051	0,211	0,902	0,122
Destinos	0,105	0,153	0,073	0,933	0,109
Similaridade	-0,189	0,035	0,096	0,913	-0,133
Atratividade	0,536	0,693	0,209	0,200	0,080
Agradabilidade	0,542	0,618	0,261	-0,012	0,188
Limpeza	0,450	0,545	0,388	-0,228	-0,151
Modernidade	0,409	0,765	-0,137	-0,059	-0,128
Singularidade	0,230	0,556	0,442	0,036	0,052
Funcionalidade	0,677	0,511	0,122	-0,036	-0,031
Organização	0,865	0,202	0,070	0,026	0,074
Silencioso	0,129	0,000	0,180	0,054	0,849
Acolhimento	0,671	0,155	0,195	0,114	0,391
Equilíbrio	0,557	0,274	0,034	0,022	0,659
Planeamento	0,855	0,194	0,203	0,064	0,011
Coerência	0,723	0,213	-0,028	-0,136	0,034
Riqueza	0,342	0,745	0,007	0,220	0,054
Tamanho	0,050	0,836	-0,161	0,181	0,234
Gosto	0,485	0,585	0,052	-0,025	0,464
Positivo	0,709	0,345	-0,018	0,089	0,326
Bom	0,773	0,298	0,045	0,012	0,281

Tabela 2

Análise fatorial PCA com Rotação Varimax de todas as características para todas as fotografias de AE

	1	2	3	4	5
Grupo	0,168	0,838	-0,109	0,068	-0,249
Interação	0,121	0,853	0,050	-0,021	-0,184
Importância	0,294	0,771	0,086	-0,172	-0,136
Objetivos	-0,069	0,917	0,079	-0,138	-0,019
Destinos	-0,162	0,909	-0,131	-0,057	0,114
Similaridade	-0,154	0,871	-0,178	-0,052	0,167
Atratividade	0,880	0,056	-0,153	0,263	0,193
Agradabilidade	0,910	-0,035	-0,004	0,114	0,019
Limpeza	0,768	-0,026	0,377	-0,025	0,002
Modernidade	0,022	-0,116	0,049	0,780	0,040
Singularidade	0,801	-0,258	0,002	0,011	-0,008
Funcionalidade	0,720	0,032	-0,078	-0,070	0,585
Organização	0,710	-0,056	0,267	-0,047	0,430
Silencioso	-0,006	-0,104	0,888	0,244	-0,055
Acolhimento	0,838	0,241	0,160	-0,216	-0,194
Equilíbrio	0,671	0,168	0,443	-0,298	0,201
Planeamento	0,303	-0,211	0,636	0,227	0,494
Coerência	0,702	0,124	0,509	0,124	0,204
Riqueza	0,159	-0,051	0,425	0,795	0,174
Tamanho	0,078	-0,253	0,117	0,453	0,661
Gosto	0,876	0,003	-0,184	0,170	0,057
Positivo	0,865	0,131	0,247	-0,020	-0,004
Bom	0,893	0,034	0,060	0,109	0,062

Na BE, também se verifica uma clara separação das características sociais das restantes característica, embora as características sociais da perceção de entitatividade, de interação do grupo e de importância do bairro se tenham agrupado de forma distinta daquilo que são os

objetivos, destinos e características similares entre os residentes dos bairros. Por sua vez, as características físicas também foram agrupadas em dois fatores diferentes, designadamente, um fator agregou a atratividade, agradabilidade, limpeza, modernidade, singularidade, riqueza e o tamanho e ainda uma das avaliações relativas à preferência em relação ao bairro, nomeadamente gostar ou não. Noutro fator encontram-se a perceção de funcionalidade, organização, acolhimento, planeamento e coerência e ainda engloba as outras duas questões de preferências pelo bairro, isto é, se o bairro é positivo ou negativo ou se é bom ou mau. Por fim, a perceção do nível de silêncio no bairro e o equilíbrio também se agruparam num fator distinto.

2 - Entitatividade e as características sociais, físicas e preferências pelo bairro

Espera-se que a entitatividade dos bairros esteja fortemente correlacionada com a perceção de outras características sociais ou grupais, e até com muitas das características físicas ou de preferência dos bairros, tal como demonstrado por Bernardo (2011), que, no entanto, estudou o conjunto de fotografias de cada bairro como um todo. Torna-se, assim, relevante compreender qual o tipo de relação com cada elemento de configuração selecionado em fotografias dos bairros, designadamente, de fachadas dos prédios, de ruas e de largos, conhecidos já como de AE e de BE.

Para procurar entender de que modo se relacionava, em cada uma das fotografias avaliadas, a perceção de entitatividade com a perceção das restantes características sociais, por um lado, e com a perceção das restantes características físicas e de preferências, por outro, utilizou-se a análise de correlação de Pearson. Os resultados obtidos encontram-se descritos na Tabela 3, na Tabela 4 e na Tabela 5.

2.1 - Relação entre a percepção de entitatividade e percepção de outras características sociais

Pela análise dos resultados (Tabela 3), verifica-se a existência de correlações positivas entre a entitatividade (Grupo) e todas as restantes percepções de características grupais, em todas as fotografias, para bairros de AE e de BE, tendo esta correlação sido mais forte e muito significativa especialmente na percepção de interação entre os moradores ($r = 0,781$ a $r = 0,877$, $p = 0,01$), como esperado. Ou seja, independentemente do tipo de elemento de configuração apresentado na fotografia (fachada, rua ou largo) e qualquer que seja o nível de entitatividade percebido, a percepção das características sociais estão intimamente relacionadas com a entitatividade. Contudo, em todas as fotografias de BE, as correlações não foram significativas ($p > 0,05$) para as percepções dos objectivos, destinos e similaridade dos habitantes dos bairros (com exceção da fotografia de BE relativa à rua que, apesar disso, apresentou ainda correlação significativa ($p < 0,05$) na percepção da existência de objetivos comuns ($r = 0,406$)).

Tabela 3

Correlação entre a percepção de entitatividade (grupo) e as restantes características sociais, para cada tipo de foto (fachada, rua e largo) para BE ou alta AE

	Grupo	Interação	Importância	Objetivos	Destinos	Similaridade
BE_Fachada	1	0,830**	0,682**	0,342	0,247	0,303
AE_Fachada	1	0,839**	0,577**	0,732**	0,790**	0,800**
BE_Rua	1	0,877**	0,290	0,406*	0,160	0,170
AE_Rua	1	0,831**	0,728**	0,382*	0,350*	0,349*
BE_Largo	1	0,781**	0,431*	0,168	0,179	0,208
AE_Largo	1	0,827**	0,764**	0,667**	0,613**	0,631**

* Correlação significativa $p < 0,05$.

** Correlação muito significativa $p < 0,01$.

2.2 - Relação entre a percepção de entitatividade e a percepção de características físicas dos bairros

Tabela 4

Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e a percepção das propriedades físicas para as fotografias de bairros de AE

	Fachada	Rua	Largo
Atratividade	0,034	,428*	0,321
Agradabilidade	-0,015	,530**	0,115
Limpeza	0,063	0,223	0,106
Modernidade	-0,113	-0,018	-0,174
Singularidade	0,124	0,122	0,030
Funcionalidade	0,058	0,085	0,053
Organização	-0,078	0,079	0,035
Silencioso	-0,066	0,017	-0,105
Acolhimento	0,236	,416*	,356*
Equilíbrio	0,063	0,303	0,180
Planeamento	-0,145	-0,197	-0,112
Coerência	0,230	,391*	0,041
Riqueza	-0,001	0,021	-0,106
Tamanho	-0,235	-0,104	-,401*

* Correlação significativa $p < 0,05$.

** Correlação muito significativa $p < 0,01$.

A análise da Tabela 4 permite verificar que, dentre as fotografias de AE, a fotografia relativa à fachada do prédio não demonstra qualquer correlação significativa entre quaisquer percepções das características físicas estudadas e a percepção de entitatividade ($p > 0,05$). O elemento de configuração do espaço que é a fachada do prédio parece realmente não fornecer informação para a percepção de entitatividade, contrariamente ao que sucede na fotografia da

rua onde se observou que a percepção de entitatividade estava correlacionada significativamente ($p < 0,05$ e $p < 0,01$) e de forma positiva com a percepção de agradabilidade, atratividade, acolhimento e coerência do bairro. Na fotografia do largo, observou-se uma correlação significativa ($p < 0,05$) entre a percepção de entitatividade e a percepção de acolhimento do bairro e a percepção do tamanho do bairro, sendo esta última negativa.

Tabela 5

Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e a percepção das propriedades físicas para as fotografias de bairros de BE

	Fachada	Rua	Largo
Atratividade	0,290	-0,177	-0,082
Agradabilidade	0,258	-0,094	-0,155
Limpeza	0,250	-0,308	-0,010
Modernidade	0,117	-0,343	-0,343
Singularidade	0,481**	-0,033	0,110
Funcionalidade	0,141	-0,006	-0,071
Organização	0,139	-0,233	-0,129
Silencioso	0,329	0,146	-0,126
Acolhimento	0,280	0,059	-0,031
Equilíbrio	0,077	-0,002	-0,192
Planeamento	0,388*	-0,097	-0,390*
Coerência	0,121	-0,028	-0,311
Riqueza	0,229	-0,087	-0,216
Tamanho	0,019	-0,328	-0,175

* Correlação significativa $p < 0,05$.

** Correlação muito significativa $p < 0,01$.

Observando-se a Tabela 5, verifica-se que nas fotografias de BE, embora se encontre uma correlação muito significativa ($p < 0,01$) para a percepção de singularidade do bairro na fotografia da fachada e uma correlação significativa ($p < 0,05$) para a percepção de

planeamento nas fotografias relativas à fachada e ao largo, estas correlações não apresentam, contudo, qualquer consistência nas tendências positivas ou negativas de correlação nas diferentes fotografias. Não se verificou nenhuma outra correlação significativa ($p > 0.05$) entre outras características físicas e a percepção de entitatividade nas três fotografias analisadas.

De entre as correlações onde se encontram alguma significância - e considerando apenas as fotografias da rua e do largo, uma vez que na fachada não se encontrou nenhuma correlação significativa na AE - apenas as percepções quanto ao tamanho e quanto ao planeamento apresentam a mesma tendência negativa e constante tanto na AE como na BE, sendo que o tamanho é significativo ($p < 0,05$) no largo de AE e o planeamento no largo de BE ($p < 0,05$). Já a percepção de modernidade apresenta também uma tendência consistentemente negativa tanto na rua como no largo de AE como na BE, embora nenhuma significativa ($p > 0,05$).

2.3 - Relação entre a percepção de entitatividade e as preferências pelo bairro

Os resultados da correlação entre a percepção de entitatividade (grupo) com as preferências na AE e BE constam da Tabela 6 e 7. Pela sua análise, constata-se que apenas a avaliação positiva do bairro se apresenta significativa ($p < 0,01$), e este resultado foi apenas na fotografia da rua de AE. Isto leva-nos a crer que, em geral, as preferências dos inquiridos não foram determinantes na percepção de entitatividade dos bairros analisados pelas fotografias.

Tabela 6

Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e as preferências para as fotografias de bairros de AE

	Fachadas	Ruas	Largos
Gosto	0,086	0,231	0,009
Positivo	0,220	0,447**	0,251
Bom	-0,057	0,272	0,236

* Correlação significativa $p < 0,05$.

** Correlação muito significativa $p < 0,01$.

Tabela 7

Correlações entre a percepção de entitatividade (grupo) e as preferências para as fotografias de bairros de BE

	Fachadas	Ruas	Largos
Gosto	0,248	-0,011	-0,219
Positivo	0,172	-0,022	-0,165
Bom	0,198	-0,002	-0,175

* Correlação significativa $p < 0,05$.

** Correlação muito significativa $p < 0,01$.

3 - A configuração espacial do espaço urbano e as inferências psicossociais na percepção de entitatividade de bairros

Uma análise multifatorial de variância interparticipantes a um fator (MANOVA) foi realizada para verificar se existem diferenças entre as médias das avaliações das 23 características estudadas para cada um dos elementos de configuração do espaço presentes nas fotografias entre AE e BE. Comparam-se, assim, a apreciação média das fotografias das fachadas dos prédios na AE e BE, das ruas na AE e BE e dos largos na AE e BE. Seis variáveis sociais, catorze físicas e três de preferência, dependentes, foram utilizadas. A variável independente foi a entitatividade (BE e AE). Note-se que, tendo em consideração a

escala de avaliação utilizada (Anexo 1), o sentido dos itens foi invertido para facilitar a interpretação dos dados na presente análise. Isto é, onde antes o 1 correspondia a “muito” e o 9 a “nada”, foi aqui considerado o seu inverso. Os resultados obtidos podem ser observados na Tabela 8.

Tabela 8

Análise de Variância Multifatorial (MANOVA) das médias AE (N = 35) e BE (N=33) para cada tipo de fotografia dos bairros para todas as características avaliadas.

	Fachadas				Rua				Largos			
	BE	AE	F (1,61)	P	BE	AE	F (1,61)	p	BE	AE	F (1,61)	P
Grupo	4,61	5,34	1,97	0,165	3,57	6,00	21,45	0,000	3,96	6,34	23,88	0,000
Interação	5,11	5,54	0,70	0,408	3,54	6,71	43,96	0,000	4,29	6,74	26,23	0,000
Importância	5,46	6,06	1,69	0,198	4,86	6,51	12,52	0,001	5,11	6,89	22,36	0,000
Objectivos	5,18	5,54	0,67	0,417	4,79	4,79	4,25	0,043	5,07	6,00	3,76	0,057
Destinos	4,57	5,06	1,16	0,285	4,71	5,51	2,64	0,110	4,79	5,86	4,52	0,038
Similaridade	5,61	5,63	0,00	0,959	5,50	5,74	0,27	0,607	5,50	6,09	1,68	0,200
Atratividade	4,86	4,94	0,03	0,856	6,86	5,74	6,84	0,011	6,07	6,06	0,00	0,972
Agradabilidade	5,61	5,94	0,95	0,334	7,29	6,11	11,70	0,001	6,36	6,40	0,01	0,909
Limpeza	6,00	6,20	0,38	0,539	7,54	5,91	21,56	0,000	6,64	6,46	0,28	0,599
Modernidade	5,18	3,66	16,9	0,000	7,21	3,00	128,93	0,000	6,43	3,57	51,84	0,000
Singularidade	4,43	5,06	1,31	0,257	4,36	6,23	12,28	0,001	4,75	5,94	6,16	0,016
Funcionalidade	5,89	5,03	6,02	0,017	6,71	5,03	24,36	0,000	6,29	5,17	8,88	0,004
Organização	5,68	5,06	3,22	0,078	7,07	5,00	40,77	0,000	6,32	5,66	3,95	0,051
Silêncio	4,50	5,26	3,59	0,063	6,11	4,57	12,63	0,001	6,39	5,71	2,80	0,099
Acolhimento	5,36	5,94	2,58	0,114	6,36	6,23	0,12	0,729	6,18	6,71	2,69	0,106
Equilíbrio	5,64	5,66	0,00	0,969	6,79	5,69	13,96	0,000	6,36	6,00	1,12	0,295
Planeamento	6,11	5,43	3,73	0,058	7,14	5,23	27,68	0,000	6,75	5,46	11,17	0,001
Coerência	6,32	5,66	5,82	0,019	6,93	5,71	12,60	0,001	6,54	5,97	3,52	0,066
Riqueza	4,82	4,17	3,61	0,062	6,43	4,06	45,71	0,000	5,93	4,17	23,10	0,000
Tamanho	6,11	3,97	31,4	0,000	6,61	3,97	52,46	0,000	5,79	3,66	32,92	0,000
Gosto	4,93	5,23	0,55	0,459	6,71	5,29	12,67	0,001	5,71	6,09	0,66	0,420
Positivo	5,46	6,00	2,70	0,106	6,86	6,00	5,56	0,022	6,25	6,34	0,08	0,783
Bom	5,61	5,71	0,12	0,726	6,79	5,66	13,34	0,001	6,11	6,29	0,34	0,564

p < 0,05 diferença significativa

p < 0,01 diferença muito significativa

3.1 - Fachadas dos prédios

Não se observam diferenças significativas na avaliação de nenhuma das características sociais entre as fotografias das fachadas dos prédios de AE e de BE ($p > 0,05$). Também não se observaram diferenças significativas entre as fachadas dos prédios em termos de

preferências ($p > 0,05$), apenas se verificaram-se diferenças significativas entre as fotografias das fachadas dos prédios relativamente à percepção de quatro características físicas dos bairros ($p < 0,01$): modernidade do bairro, funcionalidade, coerência e na percepção do tamanho do bairro.

As fotografias das fachadas não parecem assim possuir elementos de configuração suficientes para a avaliação de entitatividade. Esta constatação é ainda mais relevante quando se percebe que até foram encontrados alguns elementos diferenciadores, como a modernidade, a coerência e o tamanho. Estes elementos diferenciadores não foram, contudo, no caso da avaliação das fachadas, capazes por si só de constituir elementos diferenciadores para a percepção de entitatividade.

3.2 - Ruas

Entre as fotografias da rua larga e da rua estreita, na BE e na AE respetivamente, os resultados demonstraram diferenças significativas em quase todas as variáveis.

Em termos da percepção de características sociais verificaram-se diferenças significativas na percepção de quase todas as variáveis, exceto na percepção de destinos comuns e de características similares entre os residentes do bairro ($p > 0,05$). Em termos da percepção de características físicas do bairro, com exceção da percepção de acolhimento ($p > 0,05$) os resultados indicam que existem diferenças significativas entre todas as características avaliadas ($p < 0,05$). Também em relação às preferências relativas ao bairro se observam diferenças significativas entre as avaliações em cada uma das ruas em todas as variáveis: na percepção do bairro ser positivo ou negativo, bom ou mau e em relação ao observador gostar ou não do bairro ($p < 0,05$).

3.3 - Largos

Entre as fotografias dos largos na BE e na AE os resultados evidenciam que existem diferenças significativas ($p < 0,05$) em quatro das propriedades sociais, nomeadamente na percepção de entitatividade, de interação, de importância e percepção de destinos comuns entre os moradores do bairro. Em termos da percepção de características físicas do bairro, os resultados indicam que existem diferenças significativas na percepção de seis características ($p < 0,05$): modernidade, singularidade, funcionalidade, planeamento, riqueza e na percepção do tamanho do bairro. Não se encontrou nenhuma diferença significativa em termos de preferências pelos bairros ($p > 0,05$) entre a avaliação dos largos na BE e na AE.

Discussão

Pela análise fatorial foi possível confirmar os resultados de Bernardo (2011) relativamente à existência de uma separação distinta entre as características sociais e as restantes características físicas ou de preferência dos bairros, por um lado, e, por outro, sobretudo em bairros de BE, a possibilidade de agrupar algumas características numa dimensão associada à atratividade (atratividade, agradabilidade, limpeza, modernidade, singularidade, riqueza e tamanho) e outras numa outra dimensão associada à funcionalidade (funcionalidade, organização, acolhimento, planeamento e coerência). Esta mesma análise também nos permite antecipar que as pessoas podem perceber, de forma distinta das restantes características, sobretudo em bairros de AE, outras dimensões como a modernidade e a riqueza, por um lado e o tamanho dos bairros, por outro. Esta análise não nos permite, contudo, verificar qualquer correlação entre essas características e a entitatividade.

Pelos estudos de correlação realizados, constata-se que, apesar de nem todas as características sociais se terem correlacionado significativamente com a percepção de entitatividade nas fotografias de BE, todas se correlacionaram ainda assim de forma positiva. Para além disso, o facto de nas fotografias de AE, todas as correlações, entre as características

sociais e a entitatividade, serem significativas ou muito significativas, demonstra que é possível manter a premissa de que a percepção destas características sociais está associada à percepção de entitatividade. Para além disso, continua a verificar-se, tal como identificado na literatura (Bernardo, 2011; Brewer & Yuki, 2005; Lickel et al., 2000) que a percepção de interação social é o fator mais preditivo da percepção de entitatividade. A menor correlação entre a percepção de entitatividade e as três características sociais objetivos, destinos e similaridade, na BE, relativamente às restantes, parece corroborar o resultado da análise fatorial que os coloca também num fator distinto dos restantes fatores sociais.

Por outro lado, embora se tenha verificado sempre algumas correlações significativas entre a percepção de entitatividade e características físicas e preferências pelos bairros em todas as fotografias estudadas, quer de AE quer de BE, as correlações significativas não foram consistentes entre cada uma das fotografias. Ou seja, em cada fotografia as correlações com características físicas e preferências variaram. Desta forma conclui-se que nem todas as características físicas e preferências importam para a percepção de entitatividade.

Especificamente no caso das fotografias relativas às fachadas dos prédios de AE, e na maioria das de BE, não se verificou a existência de quaisquer correlações significativas para a percepção de entitatividade e as características físicas e de preferência, o que nos levam a concluir que as características e preferências pela fachadas dos prédios fornecem pouca informação para a avaliação da entitatividade.

Em termos dos resultados da MANOVA, em geral foram encontradas diferenças significativas entre AE e BE em todas as comparações entre as fotografias, o que era esperado, uma vez que pelo menos em termos físicos todas as fotografias variam nas suas características.

Porém, a inexistência de qualquer diferença significativa entre AE e BE na percepção das características sociais nas fotografias da fachada dos prédios, demonstra, à semelhança do

que se observou já nas análise de correlação de Pearson, que caraterísticas meramente de aparência dos prédios em si, não permitem inferir uma maior ou menor entitatividade e outras caraterísticas psicossociais (como a interação). Nas fotografias que remetem para espaços sociais (ruas e largos), é já possível encontrar diferenças significativas na perceção de entitatividade e nas perceções de caraterísticas sociais mais relacionadas com a entitatividade, como a perceção de que existe ou não interação, qual o nível de importância atribuída aos bairros pelos seus residentes e de perceção da existência de objetivos comuns entre eles, ou até na perceção de destinos comuns. Assim conclui-se que as fotografias que não apresentam um espaço social ou público (fachadas dos prédios) não permitem a avaliação de entitatividade.

O facto da perceção de caraterísticas similares entre os residentes não apresentar diferenças significativas entre a AE e a BE em todas as fotografias, parece indicar que essa característica não é relevante no contexto das fotografias apresentadas na perceção de entitatividade. Isto vai de encontro à ideia de Camp e colaboradores (2010) que mostram que a manipulação da similaridade percebida afetava a perceção de similaridade do grupo, mas não a perceção de entitatividade do grupo e a manipulação da perceção de entitatividade influenciava a perceção de entitatividade do grupo, mas não a perceção de similaridade do grupo. Também no estudo de Bernardo (2011) a perceção de similaridade foi a caraterística social menos correlacionada com a perceção de entitatividade, embora significativa. No presente estudo a similaridade não se correlacionou significativamente com a perceção de entitatividade nas fotografias de BE, como esperado. Na AE observam-se correlações significativas entre a perceção de similaridade, o que também expectável, uma vez que um grupo, quando considerado como tal pelo observador, normalmente é percecionado como os seus membros compartilharem atributos semelhantes entre si. Porém uma vez que não existem diferenças significativas na perceção de similaridade entre fotografias de AE de BE

significa que esta pode ser uma característica não muito relevante na avaliação de entitatividade.

Os resultados aqui apresentados confirmam a primeira hipótese do presente estudo, uma vez que indicam que são realmente as fotografias de espaços públicos que permitem a inferência de entitatividade e de outras características sociais relacionadas e não as fotografias de fachadas de prédios, que não possuem informação sobre o espaço público. Por outras palavras, os resultados demonstram que os participantes, nas fotografias das fachadas dos prédios, apesar de serem capazes de distinguir de forma significativa as características relacionadas com a percepção de modernidade, ou de funcionalidade ou até de tamanho e de coerência, não conseguem, de facto, encontrar qualquer diferença significativa entre as fachadas nas questões relativas à entitatividade porque, naturalmente, este tipo de espaço não consegue refletir qualquer noção de como o espaço funciona em termos sociais. Desta forma é também possível concluir que não é a percepção das características físicas de um bairro que permite a avaliação de entitatividade.

No mesmo sentido, nos espaços passíveis de relação social avaliados (ruas e largos), e no que se refere às características físicas, apenas foram comuns a existência de diferenças significativas entre AE e BE nas percepções de modernidade, singularidade, funcionalidade, planeamento, riqueza, e tamanho dos bairros. A análise das médias das características físicas que apresentaram diferenças significativas, quer entre ruas, quer entre largos de BE e AE, permite detetar uma tendência negativa para a percepção de modernidade, funcionalidade, planeamento, riqueza e tamanho dos bairros com a entitatividade, e, uma tendência positiva desta com a singularidade. Ou seja, parece que quanto maior a percepção de modernidade, de funcionalidade, de existência de planeamento, do nível de riqueza e do tamanho dos bairros, menor será a percepção de entitatividade de lugar e, por outro lado, quanto mais percecionarem o bairro como singular (único), mais o bairro será percecionado como de

maior entitatividade. Não se pode contudo afirmar que estes parâmetros são determinantes para a avaliação da entitatividade na medida em que, no caso das fachadas, também foi possível encontrar diferenças significativas na modernidade, funcionalidade e tamanho e, no entanto, não foi encontrada qualquer diferença significativa entre as fachadas de AE e BE em termos de entitatividade.

Para além disso, embora se verifique que existem diferenças significativas na percepção de características físicas do bairro como a atratividade, a agradabilidade, a limpeza, a organização, o silêncio, o equilíbrio e a coerência, entre BE dos de AE, tal acontece, contudo, apenas para um dos espaços avaliados (as ruas), não permitindo essa distinção de forma significativa no outro desses espaços (o largos). Isto permite compreender que estas as características físicas não constituem um valor universal na análise da entitatividade.

Também em relação às preferências pelo bairro, encontraram-se diferenças significativas para a positividade e para a avaliação do gosto e do quão bom o bairro é, mas, apenas para as ruas, não se encontrando uma diferença significativa para qualquer dessas preferências nos largos. Isto permite concluir que a avaliação dos inquiridos foi imparcial no que concerne à avaliação de entitatividade, uma vez que as preferências não parecem influenciar a percepção de entitatividade: veja-se que os mesmos inquiridos encontraram diferenças significativas nas três características principais ligadas diretamente à entitatividade – percepção de grupo, interação e importância – tanto nas ruas como nos largos - e, no caso das ruas, por exemplo, as suas preferências até se inclinam para as ruas de BE.

Assim, as diferenças em termos de percepção de entitatividade entre as ruas e entre os largos, podem ser explicada, não em termos de características físicas e preferências pelo bairro, mas pelo fato da comparação ter sido feita em termos de uma rua estreita com uma rua larga e de um largo mais pequeno, com limites mais definidos, com mobiliário urbano

propício à interação social com um largo maior, com limites menos definidos e sem mobiliário urbano propício à interação. Ou seja, as diferenças assentam na percepção da configuração do espaço urbano como um espaço mais sociopetal ou sociofugal, ou seja, como um espaço onde ocorre maior ou menor nível de interação, logo sendo percecionados esses espaços como mais ou menos entitativos. Realmente verifica-se que nas ruas estreitas e nos largos mais pequenos a percepção de entitatividade foi mais alta do que nas ruas largas e nos largos maiores, o que confirma a segunda hipótese aqui colocada de que os espaços públicos, por possuírem elementos de configuração *sociofugal* (rua mais larga e largo maior, com limites menos definidos e sem mobiliário urbano propício à interação), induzirão significativamente uma menor percepção de entitatividade do que os espaços públicos, que possuem elementos configurativos mais *sociopetal* (rua mais estreita e largo mais pequeno, com limites mais definidos e com um banco de jardim).

Em suma, as duas hipóteses do presente estudo foram confirmadas, na medida em que se demonstrou, por uma lado, que não é possível inferir o nível de entitatividade e outras características sociais (como a interação social) quando o espaço urbano apresentado não é um espaço público, como o caso das fachadas dos prédios. Por outro lado, embora existindo algumas diferenças em termos de características físicas que aparentam relacionar-se com diferentes percepções de entitatividade, não são essas características que determinam realmente essa percepção. Nesse sentido, serão as configurações do espaço público enquanto um espaço sociopetal ou sociofugal, isto é, cujos elementos da sua configuração permitem induzir maiores ou menores níveis de interação social, que influenciam a percepção de entitatividade.

1- Limitações e Estudos Futuros

No presente estudo foram utilizadas fotografias já testadas por Bernardo (2011), que à partida já sabíamos ser de AE ou BE. Essas fotografias foram utilizadas pelos seus elementos

configurativos (ruas mais estreitas e ruas mais largas, largos mais pequenos, com limites mais definidos e largos maiores com limites menos definidos e ainda fachadas de prédios). Embora as diferenças encontradas entre as fotografias tenha demonstrado a necessidade de estudar o que leva as pessoas a dizerem que uma coisa é AE e outra é BE, a melhor forma de estudar isto seria através de simulação perceptivas, isto é, da manipulação, através do computador, das configurações espaciais apresentadas nas fotografias. Isto porque com fotografias reais é mais difícil isolar as configurações que pretendemos avaliar e porque seria importante controlar melhor a existência de possíveis variáveis estranhas.

Conclusão

No contexto do mundo real, verifica-se que há realmente uma correlação dos espaços físicos com características físicas. Por isso, assiste-se no mundo real a uma aparente relação entre a percepção de entitatividade dos bairros e determinadas características físicas. Mas na realidade isso não significa que essas características físicas sejam verdadeiramente determinantes para a percepção de entitatividade.

Os resultados do presente estudo indicam essencialmente que as pessoas só inferem efetivamente a entitatividade de um bairro quando o ambiente dispõe de informações sociais, ou seja, informações que vão além apenas das características físicas dos bairros *per se* (por exemplo, moderno ou planeado). Por outras palavras, é necessário que o espaço e os elementos da sua configuração permitam ao observador perceber que, no seu conjunto, aquele espaço é um espaço onde ocorrem interações sociais (como é o caso das ruas e dos largos, contrariamente a uma fachada de um prédio apenas).

Esta inferências do comportamento grupal a partir dos elementos da configuração dos bairros, poderá ser entendida como uma espécie de antropomorfização do espaço, ou seja, como ocorrendo uma atribuição de características humanas a elementos do espaço. Isto é, as

peessoas inferem que aquele bairro é entitativo, na medida que percecionam que o espaço é um espaço de relações sociais. Este fenómeno poderá ser explicado pela utilização da heurística da representatividade, na medida em que a avaliação de um evento incerto é feita com base “no grau em que é i) similar em caraterísticas essenciais à sua população-mãe e ii) reflete as principais caraterísticas do processo pelo qual é gerado” (Kahneman & Tversky, 1972, p. 431). Por outras palavras, a probabilidade de se pertencer a uma classe (grupo entitativo) é avaliado com base na sua semelhança com as caraterísticas dessa classe (ruas estreitas e largos mais pequenos induzem a perceção de que ali ocorre mais interação social, logo os moradores desse bairro são percecionados como um grupo mais unido, como uma entidade).

Considerado que em termos de planeamento ou reconstrução urbana pode ser difícil deixar de desenhar os bairros como modernos, funcionais, planeados, coerentes e ricos, parece que apenas o tamanho do espaço pode ser manipulado para que os espaços sejam *sociopetal*, logo mais entitativos, sendo que esta variável “tamanho” se destacou de forma diferente tanto na análise fatorial, como demonstrou correlacionar-se significativamente (no caso dos largos) com a perceção de entitatividade e ainda permitiu distinguir de forma significativa quer ruas, quer largos. Uma vez que Newman (citado por Cherulnik, 1993) demonstrou que os níveis de criminalidade dependem dos tipos de configurações espaciais, a relevância de desenhar bairros mais entitativos assenta essencialmente numa questão de prevenção ou redução da criminalidade nos bairros.

Referências Bibliográficas

- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. (2013). Place identity, place attachment and the scale of place: The impact of place salience. *Psychology*, 4(2), 167-193.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. (2016). Identification with the neighborhood: Discrimination and neighborhood size. *Self and Identity*, 15(5), 579-598.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. (2005). Place change and identity processes.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. (2012). Place identity: A central concept in understanding intergroup relationships in the urban context. *The role of place identity in the perception, understanding, and design of built environments*, 35-46.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. (2016). Urban neighbourhoods and intergroup relations: The importance of place identity. *Journal of Environmental Psychology*, 45, 239-251.
- Bernardo, M. D. F. C. (2011). Place Identity or the Place of Identity: contribution to a theory of social identity of place.
- Brewer, M. B. (1993). The role of distinctiveness in social identity and group behavior. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds) *Group motivation: Social psychology perspectives* (pp. 1–16). London: Harvester Wheatsheaf.
- Kashima, Y., Kashima, E., Chiu, C. Y., Farsides, T., Gelfand, M., Hong, Y. Y., ... & Yzerbyt, V. (2005). Culture, essentialism, and agency: Are individuals universally believed to be more real entities than groups?. *European Journal of Social Psychology*, 35(2), 147-169.
- Campbell, D. T. (1958). Common fate, similarity, and other indices of the status of aggregates of persons as social entities. *Behavioral Science*, 3, 24-25.
- Carlston, D. E. (1994). Associated system theory: A systematic approach to cognitive representations of persons. In T. K. Srull & R. S Wyer (Eds.), *Advances in social cognitions* (vol. 7, pp. 1-78). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Cherulnik, P. D. (1993). *Applications of environment-behavior research: Case studies and analysis* (No. 9). Cambridge University Press.
- Crump, S. A., Hamilton, D. L., Sherman, S.J., Lickel, B., & Thakkar, V. (2010). Group entitativity and similarity: Their differing patterns in perceptions of groups. *European Journal of Social Psychology*, 40, 1212-1230.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. *The handbook of social psychology*, 2(4), 357-411.
- Gleitman, H., Fridlund, A. J., & Reisberg, D. (2014). *Psicologia*. Lisboa, Fundação Calouste gulbenkian.
- Gosling, S. D., Ko, S. J., Mannarelli, T., & Morris, M. E. (2002). A Room with a Cue: Judgments of Personality Based on Offices and Bedrooms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 379-398.
- Hamilton, D. L., Sherman, S. J. & Castelli, L. (2002). A group by any other name – the role of entitativity in group perception. *European Review of Social Psychology*, 12 (1), 139-166.
- Hamilton, D. L. & Sherman, S. J. (1996). Perceiving persons and groups. *Psychological Review*, 103(2), 336-355.
- Hogg, M. A., & Sherman, D. K., Dierselhuis, J., Maitner, A. T., & Moffitt, G. (2007). Uncertainty, entitativity, and group identification. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 135-142.
- Hewstone, M., Rubin, M. & Willis, H. (2002). Intergroup Bias. *Annual Review of Psychology*, 53, 575-604.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1972). Subjective probability: A judgment of representativeness. *Cognitive psychology*, 3(3), 430-454.

- Lee, T. (2003). Schema Theory and the role of socio-spatial schemata in environmental Psychology. In M. Bonnes, T. Lee, & M. Bonaiuto (Eds.), *Psychological Theories for Environmental Issues* (pp. 27-62). Aldershot: Ashgate.
- Lickel, B., Hamilton, D. L., Wierzchowska, G., Lewis, A., Sherman, S. J., & Uhles, A. N. (2000). Varieties of groups and the perception of group entitativity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 223-246.
- Lynch, K. (1976). *Managing a sense of region*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Palma-Oliveira, J. M., Antunes, D., & Marques, N. (2007). Monitorização Psicossocial da Valorsul. Available from http://www.valorsul.pt/media/106615/monot_psicossocial_2007.pdf
- Palma-Oliveira, J., & Hernández, B. (2011). Novas Perspectivas da identidade de lugar. *B. Fernandez-Ramirez, C. Hidalgo, C. Salvador, & M. Martos, Psicologia ambiental*, 123-132.
- Palma-Oliveira, J. M., Gaspar de Carvalho, R., Luís, S. Bernardo, F., Soeiro, V., Carvalho, J., Nunes, L. & Kellen, D. (2010). Perception of Space occupation in the Lisbon Metropolitan Area: the impact of identity, risk perception and distance distortion. In: Kabisch, S., Kunath, A., & Feldmann, H. (Eds.), 21 IAPS Conference “*Vulnerability, Risk and Complexity: Impacts of Global Change on Human Habitats* (pp.167-168). Leipzig: Helmholtz Centre for Environmental Research.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff (1983). Place Identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83.
- Rutchick, A. M., Hamilton, D. L. & Sack, J. D. (2008). Antecedents of entitativity in categorically and dynamically construed groups. *European Journal of Social Psychology*, 38, 905-921.

- Smith, E. R., Mackie, D. M., & Claypool, H. M. (2015). *Social psychology* (4th ed.). Psychology Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories*. Cambridge: Cambridge Academic Press.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P. & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1(2), 149-178.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In: Austin, W.G. & Worchel, S. (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 7-24). Monterey CA: Brooks/Cole.
- Tajfel, H., & Turner, J.C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. In: Worchel, S., & Austin, W. G. (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (pp. 7-24) Chicago: Nelson-Hall.
- Tajfel, H. (1957). Value and the perceptual judgement of magnitude. *Psychological Review*, 64, 192-204.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between Social Groups*. London: Academic Press.
- Turner, J.C. (1987). Self Categorization Theory. In: Turner, J., Hogg, M. Oakes, P., Reicher, S., & Wetherell, M. (Org.), *Rediscovering the Social Group: A Self Categorization Theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- Turner, J.C., & Reynolds, K.J. (2010). The story of social identity. In: Postmes, T. , & Branscombe, N.R. (Eds.), *Rediscovering Social Identity* (key readings in social Psychology) (pp.13-32). New York: Psychological Press.
- Turner, J. C. (1981). The experimental social psychology of intergroup behaviour. In: Turner, J.C., & Giles, H. (Eds.), *Intergroup behaviour* (pp.66-101). Chicago: University of Chicago Press.

- Turner, J. C. (1985). Social categorization and the self concept: A social cognitive theory of group behaviour. In: Lawler, E.J. (Ed.), *Advances in group processes* (pp.77-122). Greenwich: JSI Press.
- Turner, J.C., Oakes, P. J., Haslam, S.A. & McGarty, C.A. (1994). Self and Collective: Cognition and social context. *Personality and social psychology Bulletin*, 20, 454-463.

Anexos

Anexo A – Escala de Entitatividade de Bernardo (2011)

Sobre o bairro que observou, de 1 a 9 considera:

Os residentes do bairro são um grupo.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Os residentes do bairro não são um grupo.
Existe muita interação entre os seus habitantes.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Existe pouca interação entre os seus habitantes.
Muito Importante para os seus residentes.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Pouco importante para os seus residentes
Os seus residentes têm objetivos similares.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Os seus residentes têm objetivos diferentes
Os seus residentes têm destinos/ocupações similares.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Os seus residentes têm destinos/ocupações diferentes
Os residentes têm características diferentes entre si.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Os residentes têm características similares entre si.
Muito atrativo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Nada atrativo
Muito agradável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito desagradável
Muito limpo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito sujo
Moderno	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Tradicional
Característico	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Comum
Muito funcional	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Nada funcional
Muito organizado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Nada organizado
Muito positivo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito negativo
Silencioso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Barulhento
Acolhedor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Frio
Equilibrado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Desequilibrado
Planeado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Não planeado
Muito Bom	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito mau
Coerente	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Incoerente
Rico	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Pobre
Grande	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Pequeno
Gosto muito	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Não gosto nada

Anexo B – Fotografias apresentadas aos participantes

1. Fachada de prédio (BE)



2. Fachada do prédio (AE)



2. Rua larga (BE)



2. Rua estreita (AE)



3. Largo (BE)



3. Largo (AE)



Anexo C – Consentimento informado

O Núcleo de Cognição Social Aplicada da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa está a realizar um estudo, devolvido por Maria Leonor Pinheiro e orientado pelo Professor Dr. José Manuel Palma-Oliveira, com o objetivo de compreender qual a sua percepção sobre os vários grupos sociais. Ser-lhe-á pedido que observe fotografias de bairros e responda de seguida a algumas questões sobre o que observou. As suas respostas serão mantidas em confidencialidade e anonimato.

O estudo demora cerca de 20 minutos a concluir. A sua participação nesta investigação é voluntária. Tem o direito de se retirar em qualquer momento durante o estudo, sem qualquer razão e sem qualquer prejuízo. Posteriormente os resultados sumariados do estudo serão disponibilizados se o solicitar e se desejar esclarecer qualquer dúvida entre em contacto enviando um e-mail para leonor_pinheiro5@hotmail.com.

Ao clicar no botão abaixo, reconhece que a sua participação no estudo é voluntária, que tem no mínimo 18 anos de idade e que tem conhecimento que pode escolher terminar a sua participação em qualquer momento e por qualquer razão.

Botões:

- 1) Aceito participar no estudo
- 2) Não aceito participar no estudo